

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

MILENA SILVA DE JESUS

**VOZES- MULHERES DE LARANJEIRAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM
ALFABETIZAÇÃO LIBERTADORA**

CODÓ-MA
2019

MILENA SILVA DE JESUS

**VOZES- MULHERES DE LARANJEIRAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM
ALFABETIZAÇÃO LIBERTADORA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão – UFMA,
campus VII, Codó como requisito para obtenção do
grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Ma. Kelly Almeida Oliveira.

CODÓ-MA
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

JESUS, MLENA SILVA DE.

VOZES-MULHERES DE LARANJEIRAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA
COM ALFABETIZAÇÃO LIBERTADORA / MILENA SILVA DE JESUS. - 2019.

83 f.

Orientador (a): KELLY ALMEIDA DE OLIVEIRA.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, CODÓ, 2019.

1. ALFABETIZAÇÃO. 2. EDUCAÇÃO NÃO FORMAL. 3. EJA MULHER. 4.
EVASÃO E PERMANÊNCIA. I. OLIVEIRA, KELLY ALMEIDA DE. II. Título.

MILENA SILVA DE JESUS

VOZES- MULHERES DE LARANJEIRAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM ALFABETIZAÇÃO LIBERTADORA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, campus VII, Codó como requisito para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ma. Kelly Almeida Oliveira

Aprovada em ___/___/___

Prof^a. Ma. Kelly Almeida Oliveira – UFMA
Orientadora

Prof^a. Dr. Luís Henrique Serra – UFMA
1º Examinador (a)

Prof^a. Dra. Franciele Monique Scopetc – UFMA
2º Examinador (a)

DEDICATÓRIA

É com muito orgulho de vocês dois Aldemir Santos de Jesus e Dagmar da Silva que escrevo hoje para falar do quanto sou grata por todos os cuidados, por todas as oportunidades, por me incentivarem a chegar a mais uma etapa vencida, o primeiro canudo recebido, a minha primeira graduação, o primeiro degrau trilhado.

Com muita dificuldade, com muitos problemas familiares, preocupações com as coisas do dia- a- dia, estive sempre “pelejando” para conseguir. Não somente por uma questão de realização, mas por uma questão de amor a vocês e eterna gratidão.

Mãe, as noites mal dormidas apenas me fortaleceram e me deram mais vontade de vencer, lembro bem da senhora brigando quando amanheço o dia na frente do computador. Pai, o dinheiro das xérox, da gasolina, das viagens, eu investi em conhecimento. Espero com muito amor retribuir tudo.

Filhas, Emilly Vitória e Ellen Cristine, vocês me dão forças todos os dias para continuar, vocês são o “gás” da minha vida. Espero ser o espelho e o orgulho de vocês para toda vida.

Dedico com muito amor, esta monografia, este momento de conquista, este estudo á vocês.

AGRADECIMENTOS

Quero primeiro elevar o meu agradecimento a Deus por ter concedido a minha vida aos cuidados de meus pais, Aldemir Santos de Jesus e Dagmar da Silva.

Em especial as minhas Filhas, Emilly Vitória de Jesus Cruz e Ellen Cristine de Jesus Cruz, por todo companheirismo e compreensão nesse processo de formação.

A minha família em especial que me apoiou em todos os momentos e etapas. Foram dias difíceis, mas juntos, conseguimos. As minhas amigas Orjana Valleska e Valdenilde Vieira, eterna gratidão, pois me deram forças quando mais precisei.

Quero agradecer aos meus amigos de sala por todo companheirismo e aprendizagem, vocês marcaram de uma maneira muito especial.

As minhas lindas mulheres negras, empoderadas, quebradeiras de coco da comunidade de Laranjeiras, que se fizeram pedras preciosas no Projeto EJAI Mulher e contribuíram para esta pesquisa.

Minha professora e orientadora Ma. Kelly Almeida de Oliveira, não tenho palavras suficiente para agradecer por todo conhecimento transmitido, construído, compartilhado. Você de uma maneira magnífica teve muita paciência e me trouxe sempre a segurança necessária para que eu pudesse me tornar uma profissional de sucesso. Meu muito obrigado, por todos os momentos. Que Deus conduza você sempre por esse caminho lindo que é o de aprender, ensinando.

Aos professores da Universidade Federal de Codó que durante esta trajetória dedicaram-se para ensinar-me com muito carinho.

RESUMO

O presente trabalho discute sobre a experiência na educação não formal na última década do século XXI, em que a alfabetização e capacitação de mulheres na modalidade EJAI, em projetos e programas desenvolvidas pela união das esferas governamentais e não-governamentais, institutos e rede de educação federal tem sido de grande importância na educação do campo. Haja visto que, as metodologias utilizadas por estes têm sido de suma necessidade de avaliação e reflexão nos planejamentos para o processo de ensino aprendizagem. Para isso, procura-se compreender de estratégias e métodos facilitadores nessa modalidade de ensino, destacando a atuação de mulheres negras, quebradeiras de coco da comunidade de Laranjeiras, no município de Aldeias Altas, que tiveram no ano de 2017 e 2018 proximidade com o Projeto de Extensão EJAI Mulher com as alunas do nível II (sabem ler e escrever) e Programa Sim, eu posso. Para tanto, tivemos como embasamento teórico Arroyo (2007), Freire (2005), Pinto (2000) e os demais que contribuíram. Buscando, assim, investigar os meios pertinentes ao tema, no contexto da educação não formal. Com base nisso, foi realizado uma pesquisa de campo, com entrevista semi-estruturada na comunidade de Laranjeiras – Aldeias Altas com o intuito de investigar a importância de metodologias diferenciadas para a modalidade EJAI, as quais possibilitem a ressignificação dos saberes das mulheres, bem como compreender as possíveis causas de evasão e/ou permanência na educação não formal no respectivo projeto e programa desenvolvido na comunidade, comparar os resultados alcançados no projeto e programa em execução, contribuir a partir de uma reflexão, a importância da relação aluno-professora no processo de ensino da EJAI. Em suma, se concluiu que os projeto EJAI Mulher e Programa Sim, eu posso, ambos desenvolvidos com a participação das mulheres na comunidade, com a educação não formal, tendo suas metodologias e estratégias diferenciadas, embora com o mesmo objetivo e voltado para a educação libertadora de Paulo Freire, onde os sujeitos são protagonistas de suas próprias histórias e suas histórias protagonistas de seus conhecimentos, evidenciamos através dos relatos observados, a falta de aprendizagem, evasão e permanência no Programa Sim, eu posso, por não ser planejado de acordo com a realidade do aluno, por existir a ausência de um professor para que a relação aluno-professor surtisse efeito positivo sobre a aprendizagem, trazendo com isso a necessidade para o professor e para os programas voltados para a educação não formal de fazer uma reflexão constante sobre suas práticas pedagógicas e os planejamentos pertinentes a sua realidade.

Palavras- Chave: Educação não-formal. EJAI Mulher. Alfabetização. Evasão e Permanência

ABSTRACT

This paper discusses the experience in non-formal education in the last decade of the 21st century, in which the literacy and training of women in the EJAI modality, in projects and programs developed by the union of governmental and nongovernmental spheres, institutes and education network has been of great importance in the education of the countryside. It should be noted that the methodologies used by these have been of great need of evaluation and reflection in the planning for the process of teaching learning. To do this, we try to understand strategies and methods that facilitate this teaching modality, highlighting the performance of black women, coconut breakers from the community of Laranjeiras, in the municipality of Aldeias Altas, which had in the year 2017 and 2018 proximity to the Project EJAI Extension Woman with the level II students (can read and write) and Program Yes, I can. For that, we had as theoretical background Arroyo (2007), Freire (2005), Pinto (2000) and the others who contributed. Thus, to investigate the means pertinent to the theme, in the context of non-formal education. Based on this, a field survey was conducted with a semi-structured interview in the community of Laranjeiras - Aldeias Altas, with the purpose of investigating the importance of differentiated methodologies for the EJAI modality, which allow the re-signification of women's knowledge, as well as understand the possible causes of avoidance and / or permanence in non-formal education in the respective project and program developed in the community, compare the results achieved in the project and program in execution, contribute from a reflection, the importance of the pupil-teacher relationship in the process of EJAI. In sum, it was concluded that the EJAI Women and Sim Yes I can project, both developed with the participation of women in the community, with non formal education, having their methodologies and strategies differentiated, albeit with the same goal and focused on education Paulo Freire, where the subjects are protagonists of their own stories and their stories protagonists of their knowledge, we evidenced through the observed reports, the lack of learning, evasion and permanence in the Program Yes, I can, for not being planned according to the reality of the student, because there is a teacher's absence so that the student-teacher relationship has a positive effect on learning, bringing with it the need for the teacher and the programs focused on non-formal education to make a constant reflection on their pedagogical practices and the planning pertinent to their reality.

Keywords: Non-formal education. EJAI Woman. Literacy. Evasion and Permanence.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EJAI NO BRASIL E SUAS MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES.....	15
2.1 EJAI e a Educação do Campo.....	21
2.2 EJAI e a Educação Escolar Quilombola.....	22
2.3 EJAI e a Educação Não formal.....	24
3. A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL TRANSFORMADORA NOS PROGRAMAS E PROJETO DE EXTENSÃO EM ASSISTÊNCIA A EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO DE MULHERES COM ENFOQUE NO MARANHÃO.....	25
3.1 Programa Mulheres Mil.....	26
3.2 Programa Sim, eu posso.....	28
3.2.1 Programa Sim, eu posso em Laranjeiras.....	31
3.3 Projeto de Extensão EJAI Mulher: a ressignificação dos saberes femininos.....	32
3.3.1 Desenvolvimento das Práticas Pedagógicas no Projeto EJAI Mulher em Laranjeiras.....	33
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	36
4.1 Caracterização da pesquisa de campo.....	37
4.2 Mulheres empoderadas em estudo.....	38
4.3 Relato de experiência no Projeto EJAI Mulher.....	38
4.4 Entrevistas.....	42
4.4.1 Análise geral da pesquisa de campo.....	50
5. PERSPECTIVA E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO ÂMBITO ESTADUAL.....	52
5.1 Reflexões do Programa Sim, eu posso em Âmbito Estadual.....	52
5.2 Contribuição do Projeto EJAI Mulher para a formação discente e para a Comunidade de Laranjeiras em âmbito Estadual.....	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
ANEXOS.....	60
APÊNDICES.....	81

1. INTRODUÇÃO

A discrepância da evasão escolar e a permanência dos sujeitos nas modalidades de ensino, são grandes desafios da educação, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos e Idosos (EJAI)¹ tanto na educação formal, como na educação não formal. Com base nisso, vemos que a EJAI nos revela os mais altos índices de abandono escolar e que chamam a atenção e impressionam, pois, o índice de alunos evadidos chega a ser superior ao índice de alunos aprovados e isso tem dificultado a continuidade ou abertura de outras classes. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP-, a cada 100 alunos que se matriculam na 1ª série do Ensino Fundamental, apenas 5 deles conseguem concluir o curso².

Os alunos assistidos na modalidade EJAI geralmente não entendem a sua posição e valorização na sociedade, já que historicamente a educação brasileira privilegiou poucos mesmo com tantas políticas educacionais voltadas para uma educação para todos. E isso dificulta buscarem novos conhecimentos, que vão além dos seus saberes, fazendo dessa forma sua própria exclusão. Sobre a valorização do homem na sociedade e uma educação igualitária, Pinto (2000, p.37) ressalta:

Para que aumentem as possibilidades individuais de educação, e para que se tornem universais, é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só ocorrerá pela mudança de valorização atribuída ao trabalho. Quando o trabalho manual deixar de ser um estigma e se converte em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos.

Nesse contexto, promover uma educação igualitária na EJAI, principalmente no campo é mais desafiador. Embora exista políticas educacionais que garantem o ensino adequado às especificidades da comunidade e do aluno, as propostas voltadas para essa modalidade de ensino, não são valorizadas e reconhecidas como deveriam. Nesse sentido, o Plano Nacional de Desenvolvimento de Populações Tradicionais (Decreto nº 6.040, de 2007), aponta para a necessidade de se produzirem modalidades de educação adequadas aos modos de vida das populações tradicionais. Assim, faz-se uma relação com a Resolução nº 7/2010 (CNE/CEB), afim de que avance a garantia de uma “educação diferenciada”, mencionando o respeito às peculiaridades do aluno por parte da escola, para que atendem as populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas.

¹ Constituído no Plano Municipal de Educação de Codó-Maranhão, na Lei nº1727 de 23 de junho de 2015, na meta 9, em ênfase a estratégia 9.9 que considera nas políticas públicas de jovens e adultos, a necessidade dos idosos com vista à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso as tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas.

² FONTE: INEP (www.inep.gov.br) e IBGE (2003).

Os motivos pelos quais numerosos alunos abandonam subitamente o desejo pessoal de emancipação, ascensão social e profissional são bastante diversos. E esses problemas constatados na EJAI podem estar relacionados com os perfis dos alunos, caracterizados por suas especificidades, o que exige uma reconfiguração da escola para o atendimento a esse público. Como bem destaca Arroyo (2005, p.19) referindo-se aos educadores e a escola, “deve-se conhecer quem são os seus sujeitos, no sentido de adequar a escola frente às necessidades de uma educação diferenciada”. Em vista disso, questionar quem são esses jovens e adultos é o ponto de partida, pois, essa educação tende a buscar desenvolver a pessoa, em seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho como é descrito na Constituição Federal (CF/88. Art. 205) e retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 no Art. 2º, em que esta, dispõe o direito a educação como um dever da família e do Estado.

Contudo, destaco a EJAI, como uma modalidade estratégica com interesse pela igualdade de acesso à educação como bem social, a qual tem a função reparadora que retrata a realidade dos alunos, possibilitando não só o conhecimento dos direitos civis pela restauração do direito negado, mas também o conhecimento da igualdade do ser enquanto ser independente de suas particularidades, e de uma forma equalizadora donde seja possível igualar a todos os sujeitos a oportunidade de condições saudada como uma reparação corretiva, enquanto a sua inserção ao meio social e escolar de maneira participativa, e por fim qualificadora no sentido de propiciar a todos o conhecimento por toda a vida, tendo como base o caráter de potencializar e desenvolver uma educação voltada para o universalismo, como é descrita no Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Em contrapartida, há uma dificuldade em alfabetizar e propor uma formação ampla, pois a evasão escolar tem um nível bastante elevado nas escolas, inicialmente no ensino fundamental e em maior nível na modalidade EJAI.

Estudos realizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e com informações divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revelam que o público de analfabetos é maior a partir dos 15 anos de idade, dentre os quais, a população mais atingida são as pessoas negras ou pardas. Entre os maiores de 60 anos, o índice de analfabetismo entre os negros e pardos chega a ser absolutamente o mesmo³.

³ FONTE: PNAD (www.pnad.gov.br) e IBGE (2003).

Em concordância com estes dados, é possível dizer que a escola, bem como os fatores didáticos e pedagógicos utilizados no processo de ensino aprendizagem, tem a capacidade de colaborar com a permanência ou evasão dos alunos. Isso cabe aos educadores a adoção de estratégias inovadoras e pensadas para este público, afim de impedir que isso ocorra. Em vista disso, é de suma importância falarmos sobre o planejamento do currículo escolar, onde as metodologias sejam voltadas para os interesses culturais e sociais dos alunos.

Em meio a essa discussão sobre a evasão na modalidade EJAI, é possível pensarmos que essa problemática esteja sendo ocasionada por fatores tanto internos como externos à escola. Sobretudo, não devem ser vistas apenas como fracasso da aluna, mas também como fracasso da própria instituição ou dos projetos voltados para esse ensino, e que por vezes não conseguem alcançar seus objetivos.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a Educação de Jovens, adultos e idosos (EJAI), tendo como referência uma reflexão sobre a alfabetização de mulheres quilombolas na educação não formal, bem como as implicações que permeiam nesse processo de ensino aprendizagem.

Nessa perspectiva, temos os seguintes questionamentos: Qual a importância de metodologias diferenciadas que trazem para a modalidade EJAI aprendizagens que ressignifiquem seus saberes? Quais os possíveis motivos de evasão ou permanência nos projetos EJAI Mulher e Sim, eu posso, provenientes da educação não formal? Qual a importância e os impactos que a relação aluno-professor tem no processo de ensino aprendizagem na EJAI? Quais as aprendizagens significativas adquiridas no Projeto EJAI Mulher e no Programa Sim, eu posso? Quais os resultados alcançados na educação não formal deliberada pelos projetos e programas executados?

Essa inquietação diante do assunto surgiu a partir da participação como monitora voluntária no Projeto de Extensão EJAI Mulher: a ressignificação dos saberes femininos⁴ onde tivemos alto nível de permanência e de aprendizagem significativa e em contrapartida, os relatos de evasão no Programa Sim, eu posso nesta mesma localidade. A atuação como monitora me fez refletir sobre a importância do professor em sala de aula ao ouvir os relatos das alunas sobre programas e projetos já realizados na comunidade e que não tiveram resultados significativos, haja visto que o planejamento e sua metodologia trazia os métodos de Paulo Freire com as palavras geradoras. Ressalto que trataremos no contexto o Programa

⁴ Projeto de Extensão financiado pela FAPEMA desenvolvido por discentes do curso de Pedagogia da UFMA de Codó tendo como objetivo reverter ou minimizar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alarmante do Município de Aldeias Altas, precisamente da Comunidade Laranjeiras na zona rural.

Mulheres Mil apenas como informação de programas desenvolvidos para assistência em políticas públicas de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A escolha do tema deu-se pelo anseio de compreender os motivos que levaram as mulheres a permanecer ou evadir-se das oportunidades de alfabetizar-se na comunidade de Laranjeiras, bem como analisar as metodologias utilizadas, e refletir sobre a contribuição da relação aluno-professor no projeto e programa ambos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAPEMA) e com os mesmos objetivos. Tivemos como embasamento teórico os autores Arroyo (2007), Freire (2005) e Pinto (2000) e os demais com suas respectivas contribuições.

Com base nisso, refletiremos nesta pesquisa as diferentes metodologias de ensino realizadas, sobre as possíveis causas da evasão e permanência no Programa Sim, eu posso⁵ que ocorreu no final do ano de 2017 até 2018 e Projeto de Extensão EJAI Mulher na Comunidade de Laranjeiras no município de Aldeias Altas no ano 2018, e por fim, faremos uma comparação dentre os resultados obtidos. É importante ressaltar que no texto, mencionaremos o Programa Mulheres Mil, desenvolvido no Estado do Maranhão e que também assisti mulheres em situação de vulnerabilidade social, somente com o intuito de mostrar a diversidade de políticas públicas pra mulheres a preocupados com a educação e inclusão destas na sociedade. Enfatizaremos a contribuição da educação proposta por Paulo Freire com a alfabetização libertadora através das palavras geradoras no processo de ensino e aprendizagem desenvolvidos nos dois projetos com as mulheres na comunidade. As ideias desse educador brasileiro, marcaram toda uma época da educação brasileira até os dias atuais, nunca restringiram às salas de aula e perpassaram a educação formal e se aninharam na educação não formal e informal.

Essa prática libertadora busca nos conteúdos abordados um processo de diálogo entre educadores e educandos, onde a investigação do universo temático dos educandos é proposta no seu processo de ensino aprendizagem. Segundo Freire (1986), nessa prática libertadora as pessoas seriam agentes que operam e transformam o mundo e têm como pilares fundamentais o diálogo, a ação. Trazendo críticas e problematizações a partir dos questionamentos possibilitando que os educandos aprendam a aprender. Nessa perspectiva é que essa prática desenvolve um método qualitativo e não quantitativo, donde não pode ser avaliado pela quantidade de conteúdos sobre os quais os educandos são capazes de dissertar, mas pelo potencial adquirido pelos educandos de transformar sua própria realidade e do mundo que os

⁵ Programa de alfabetização de jovens, adultos e idosos executado no Maranhão por meio de iniciativa do Governo do Estado em parceria com o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST).

cerca. Esse método está fundamentado em quatro fases: investigação da demanda temática de interesse da comunidade de educandos, através do diálogo entre educadores e educandos, investigando dessa forma o universo a sua volta; a escolha e codificação das temáticas adotadas tendo em vista a comunidade do educando; o desenvolvimento de círculos de investigação temática que visa a melhoria do nível qualitativo das propostas; redução dos temas a serem tratados em núcleos fundamentais que constituirão as unidades de aprendizagem bem como a sequência entre elas. A partir disso é que se prepara o material a ser utilizado e a metodologia de abordagem. Notamos que esta proposta de Paulo Freire denota a autonomia que os educandos podem adquirir no processo de ensino aprendizagem, onde pode agir como elemento transformador do mundo, dando sentido sobre a ótica da relação sujeito-objeto, onde o educando é visto como sujeito da história, através da relação crítica e reflexão que visa a transformação.

Diante do exposto é que podemos compreender como o Projeto EJAI Mulher e Programa Sim, eu posso, referenciam em suas propostas pedagógicas, as ideias de Paulo Freire sobre a prática libertadora.

Ressalto que o título denominado Vozes Mulheres foi pensado a partir do poema de Conceição Evaristo, uma grande feminista negra do Brasil que luta contra o racismo e que este nos inspirou para o tema de uma aula desenvolvida no Projeto de Extensão EJAI Mulher com as mulheres de Laranjeiras do nível II.

Para tanto, a metodologia de pesquisa é do tipo qualitativa com enfoque fenomenológico que através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, foi possível observar a respeito do estudo em questão a partir de minha atuação como monitora durante o Projeto de Extensão EJAI Mulher, e isso trouxe a proximidade com a mulheres da comunidade para que fosse realizado as entrevistas em formato de roda de conversa, e entrevistas online⁶ com opiniões de cada uma delas sobre a percepção individual no processo de alfabetização sendo elas realizadas no dia 29 de maio de 2019, tendo os dados tratados a partir de um texto analítico descritivo. Referencio esta pesquisa com a contribuição de MANZINI (1991) e MINAYO (2003).

É importante ressaltar como procedimento ético que as alunas, monitora e coordenadora descritas no decorrer do trabalho autorizaram o uso de seus respectivos nomes, sem necessidade de pseudônimo.

⁶ Estas entrevistas online foram realizadas a partir das redes sociais (whatsapp), devido a distância da pesquisadora e entrevistada que se encontrava em outra cidade.

Este trabalho está estruturado nos seguintes momentos: aspectos históricos e legais da EJAI no Brasil e suas múltiplas manifestações, contextualizando a EJAI na Educação do Campo, na Educação Escolar Quilombola e na Educação não formal; a educação não formal transformadora nos programas e projeto de extensão em assistência a educação e alfabetização de mulheres com enfoque no maranhão, que discorre sobre os principais projetos de assistência educacional alfabetizadora e profissional aos jovens, adultos e idosos; percurso metodológico que se distribui nas entrevistas de campo e suas análises e, por fim, conclusão, referência e anexos.

Pesquisar sobre as metodologias de ensino, as possíveis causas de evasão e permanência contribui para a formação de professores (as), bem como os atuantes à refletirem sobre suas estratégias de ensino, haja visto que, necessitam a todo tempo inovar-se enquanto profissionais a partir de uma formação continuada.

É válido ressaltar que o Projeto de Extensão EJAI Mulher: a ressignificação dos saberes femininos, em seu desenvolvimento na comunidade foi dividido em dois níveis de acordo com as observações feitas a partir das aprendizagens adquiridas das alunas. O nível I (mulheres não alfabetizadas, sem o conhecimento de números e letras) e nível II (mulheres alfabetizadas, que sabem ler e escrever), as quais foram objeto de estudo.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EJAI NO BRASIL SUAS MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES.

A sociedade tem passado por grandes transformações marcadas pela globalização e tecnologia, grandes responsáveis pelo engajamento na busca por domínio dos códigos da leitura e da escrita, mas que tais transformações têm sido difíceis no ensino, principalmente na modalidade da Educação de Jovens, adultos e idosos (EJAI), embora as estratégias e metodologias diferenciadas tenham sido de suma importância na educação das comunidades, enfatizando a Educação Popular.

A EJAI é uma modalidade de ensino amparada pela Lei CF 88 (Constituição da República Federativa do Brasil, instituído e promulgado para constituir um Estado Democrático, afim de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal) e pelo Art. 205 retomado pelo Artigo 2º da LDB 9.394/96, destinadas às pessoas que não tiveram, por algum motivo, acesso ao ensino regular na idade apropriada, e tem como objetivo alfabetizar, ou minimizar corrigindo algumas questões da sociedade que a partir da exclusão ou da exploração, acabaram marginalizadas em sua grande maioria.

A história da EJAI no Brasil esteve atrelada aos modelos e interesses econômicos e políticos de cada época, assim, é possível pensarmos acerca dos diferentes acontecimentos históricos da educação para compreendermos como se desencadeou o processo da Educação de Jovens, adultos e idosos.

Ao verificarmos a história da educação do Brasil desde o período colonial destacamos o ensino nas escolas que eram dirigidas pelos jesuítas, responsáveis por pregar a fé católica e o trabalho educativo. Essa educação baseava-se em ensinar somente crianças das classes dominantes a ler e escrever, desassistindo as de classe baixa. Em 1759, com a chegada de Marquês de Pombal, houve a expulsão dos jesuítas, colocando a educação portuguesa e das colônias em conflito, desenvolvendo uma mudança educacional que retirava a responsabilidade da Igreja e dos jesuítas deslocando o compromisso para o Estado. Através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, Pombal suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas 'aulas régias', a

despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas” (NISKIER, 2001, p. 34).

É válido ressaltar que as aulas régias eram autônomas e isoladas e uma não se articulava com as outras. Destarte, o novo sistema não impediu, que fossem oferecidos estudos nos seminários e colégios das ordens religiosas (Oratorianos, Franciscanos e Carmelitas, principalmente).

Em acordo, Romanelli (1980, p. 35 e 36) descreve que “a obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à graduação da elite”. Neste registro, deixa-nos claro as características da educação ao longo do período colonial e Imperial, e de forma concisa traz uma relação de causa/consequência, que talvez possa ter interferido no delineamento da educação no Brasil. Logo após isso, as primeiras iniciativas das reformas educacionais, com relação ao público adulto vem surgindo vagarosamente no período do Brasil Império, revelando a necessidade de ofertar o ensino para adultos analfabetos, já que a expansão do comércio e da economia, bem como os interesses políticos era notório.

Melo (2009, p.297) apresenta o importante registro acerca do Ministro dos Negócios do Império, Leôncio de Carvalho, um Decreto nº 7.247 de 29 de abril de 1879, que regulamenta uma reforma da educação com modificações nos ensinos primário, secundário e superior destacando em seu Art. 8º a proposta do governo de oferecer ou auxiliar cursos para adultos analfabetos. Contudo, é importante dizer que a educação era vista apenas como uma possibilidade de negócios futuros e não como um direito. Somente a partir da primeira Constituição Brasileira (1824) foi possível ultrapassar essa concepção, pois o art. 179 § 32º garantiu a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos.

Segundo Scortegagna e Oliveira (2006), essa lei não foi praticada, pois somente a elite, ou seja, pequena parte da população possuía cidadania nessa época e em soma, as responsabilidades dadas às Províncias nas propostas da educação básica não foram realizadas, dando continuidade com a responsabilidade o governo Imperial para com a educação das elites, limitando o ensino formal às classes dominantes.

Em 12 de agosto de 1834, dez anos após a Primeira Constituição (1824), entrou em vigor o Ato Adicional que foi uma medida legislativa tomada durante a regência Trina Permanente, contemplando os interesses dos grupos liberais e que alterava a Constituição de 1824 na tentativa de conter os conflitos entre liberais e conservadores nas disputas pelo poder político central, que determinou que cabia às Províncias legislar e promover a instrução

pública, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos e academias atualmente existentes. Isto, trouxe para a educação um novo debate na passagem do Império para a República, pois considerava-se um meio importante ao desenvolvimento da sociedade brasileira oportunizando o aumento de eleitores para responder os interesses das elites.

A sociedade estava condicionada a preparar, sustentar e selecionar ao mesmo tempo a base daqueles que estavam subindo ao poder norteadas aos seus critérios. Nessa linha de pensamento:

A educação ganhava novos impulsos sob a crença de que seria necessário educar o povo para que o país se desenvolvesse, assim como para participar politicamente através do voto, que se daria por meio da incorporação da enorme massa de analfabetos (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p. 4)

Com tais progressos, foi criado no ano de 1930 o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde pelo então presidente Getúlio Vargas, logo após, em 1937 passou a ser chamado de Ministério da Educação e Saúde, e em 1953 com a criação do Ministério da Saúde, as responsabilidades da educação passam a ser representadas pelo Ministério da Educação e Cultura segundo a lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953, que mais tarde desprendendo-se do Ministério da Cultura permaneceu apenas como Ministério da Educação (MEC) que teve como precursor o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos criado em 1890 pelo Decreto n.º 377-A de 05 de maio de 1890, sendo este extinto no governo de Floriano Peixoto (1891 e 1892), passando a ser diretoria no Ministério da Justiça e negócios internos. Relacionando assim, com a Constituição de 1934, que se dedicaram primeiramente aos espaços da questão educacional no Brasil. É importante ressaltar a participação de Anísio Teixeira nesse processo histórico, pois desde a década de 1920, vem defendendo as ideias de fundamentos da Escola Nova que tivera desde 1882 e que não tiveram muito impacto, mas que ingressou no Brasil através de Rui Barbosa, e que nesse período de 1934 ganhavam força com a ação de “Traçar as diretrizes da educação nacional” (BRASIL, 1934, artigo 5º), estabelecendo a obrigatoriedade da educação primária de frequência extensiva aos adultos, conforme o artigo 150. Em consequência disso, deu-se ao Conselho Nacional de Educação a competência de elaboração de um Plano Nacional de Educação (BRASIL, 1934, artigo 152).

O que vale mencionar após analisar o que temos dito até aqui é que, mesmo com o passar dos tempos, com o desenvolvimento industrial, no início do século XX, com os progressos na estrutura educacional, e até os dias de hoje, a valorização da educação de jovens, adultos e idosos ainda permeiam por um lento processo, onde não há uma preocupação com a educação do cidadão como uma maneira de desenvolver a sociedade.

Essa falta de políticas educacionais sólidas voltadas ao ensino de jovens, adultos e idosos, foi debatida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em que buscou-se definir ações sobre o analfabetismo e a educação dos adultos, principalmente nos países desenvolvidos, no ano de 1940, que orientavam os países através de programas de alfabetização com vistas à erradica-lo.

Mediante estas possíveis tentativas de acabar com o analfabetismo, em 1947 na direção de Manoel Bergström Lourenço Filho, foi apresentado na 1º Campanha Nacional de Educação de Adultos propostas de ação extensiva para a alfabetização do curso primário em um curto período de duração e em seguida seguiria uma “ação avançada” voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Porém, as iniciativas desta ação de alfabetização extensiva nas comunidades rurais, planejadas também pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) criada em 1952, não obtiveram resultados e foi extinta antes do final da década de 1950, pois, os números de analfabetos ainda correspondiam mais da metade da população, principalmente na região nordeste. No início da década de 1960, houve uma mudança nas políticas públicas voltadas aos problemas frente à alfabetização de jovens e adultos. A educação deixou de ser um plano para o desenvolvimento humano, e passou a se adequar a um modelo econômico dependente onde planejava-se desenvolver o ensino numa perspectiva mercadológica, com a privatização do ensino, onde a eficiência e a produtividade estaria acima dos valores pedagógicos, ou seja, o ensino deveria está adaptado a mentalidade empresarial tecnocrática. Contrário a isso, a Nova Pedagogia de Freire, com a educação libertadora faz do ser humano sujeitos construtores de seu conhecimento. Para Freire (1982, p. 11-12), o processo envolve:

Uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na descodificação pura da palavra escrita ou na linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na “inteligência do mundo”. A leitura do mundo precede a leitura da palavra [...]. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Compreende-se que a educação, na visão freiriana, poderá contribuir para a democratização da sociedade e da cultura, somente quando houver uma compreensão crítica da realidade e do conhecimento. Haja visto, que a sociedade brasileira tem altos números de analfabetismo de forma acentuada, extrema pobreza e desigualdade social crescente, além de sofrer com a manipulação político-ideológica da população. Pensar na democratização da sociedade, é pensar na democratização da cultura, pois isso é reconhecer e mostrar que a população também é protagonista de sua cultura.

Afinal, “cultura é toda criação humana” Freire (1981, p. 109). Desse modo, pensamos que o homem deve ter todo o seu conhecimento seja ele ideológico ou cultural reconhecido no processo de ensino aprendizagem. Freire (1989) em seu livro *Educação como prática da liberdade* fortalece sua ideia ao dizer que, as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, e que o desenvolvimento educativo deveria acontecer conforme as necessidades desses alunos. Por trazer este novo espírito para a educação da época, ele acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia, pela primeira vez na história da educação especificidades dessa educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p.5).

Para tanto, é importante que na construção de conhecimento, no método de alfabetização de jovens, adultos e idosos, haja uma relação entre educadores, educandos e o mundo (sociedade), não restringindo o ensino apenas ao ato de ler e escrever, mas abrindo possibilidade de fazer uma leitura de mundo para transformar a sociedade, diferente da injusta e opressora que temos.

Mesmo diante de tantas ideias inovadoras para tornar a sociedade letrada, no ano de 1964 com o intuito de acabar com o Centro de Cultura Popular criado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), cujo objetivo era criar e divulgar uma "arte popular revolucionária", com artistas de diversas áreas para defender o caráter coletivo e didático da obra de arte, bem como o desenvolvimento político do artista, o Golpe Militar ocorrido no dia 31 de março de 1964, no Governo de João Goulart deu início no Brasil uma ditadura marcada por um período de censura e de autoridade extrema, uma prova disso foi o ato de incendiar as instalações da UNE afim de acabar com o movimento. As mobilizações realizadas a partir da presença da pedagogia de Paulo Freire, faziam a sociedade reconhecer que o analfabetismo era consequência de uma sociedade estruturada em desigualdades sociais postuladas pela política implantada e não por causa da pobreza, como afirma Freire (1981, p. 13), que “a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta”.

Perante este contexto, podemos dizer que a extinção desses movimentos de luta por uma educação emancipadora, tinha como objetivo não permitir a conscientização das classes populares de buscavam transformações e melhores condições de vida, pois o governo era quem ditava as regras de forma centralizada (autoritarismo), e não aceitava ideias contrárias ao sistema político. Por isso, Paulo Freire foi exilado (1964), devido suas ideias serem

consideradas ameaçadoras ao propor uma transformação social a partir da educação. Se expressando sobre o seu exílio ele relata:

O golpe de Estado (1964) não só deteve todo este esforço que fizemos no campo da educação de adultos e da cultura popular, mas também levou-me à prisão por cerca de 70 dias (com muitos outros, comprometidos no mesmo esforço). Fui submetido durante quatro dias a interrogatórios [...] Livrei-me, refugiando-me na Embaixada da Bolívia em setembro de 1964. Na maior parte dos interrogatórios a que fui submetido, o que se queria provar, além de minha “ignorância absoluta” [...] era o perigo que eu representava (FREIRE, 1980, p. 15-16).

Pensamos com isso, que os esforços para uma educação libertadora e igualitária estava sendo sufocada, silenciada para que esse acesso não fosse para todos, mas somente a uma pequena parte com seus respectivos interesses de se sobressair sobre a camada popular subordinada.

A partir de uma configuração proposta para a Educação de Jovens e adultos, foi criado pelo Regime Militar em 1967, mas implementado desde 1971, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil, a partir da alfabetização funcional que lhes dava direito de apenas ler, escrever e fazer pequenos cálculos, distanciando a formação crítica do aluno.

Em suma, Mota (2009, p. 15) retrata:

O trabalho pedagógico no MOBRAL, não tinha um caráter crítico e problematizador, sua orientação, supervisão e produção de materiais, era todo centralizado. Assim, este programa criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem.

A Lei 5692/71 destinou um capítulo com cinco artigos à educação pelos quais buscou organizar o ensino supletivo, formalizando-o e retomando-o direito. Com o intuito de erradicar o analfabetismo, o Estado ganha mais responsabilidade com essa modalidade de ensino a partir da aprovação da Constituição de 1988, que em seu artg. 208, inciso I garante o acesso ao ensino fundamental inclusive aqueles que não tiveram a oportunidade na idade própria. Nesse mesmo momento, com a extinção do MOBRAL, a Fundação Educar criada em 1985 atuava principalmente nas comunidades com o mais alto índice de analfabetismo de jovens e adultos, sendo também extinta em 1990, dando lugar a atuação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB n. 9394/96 a qual definiu a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino, sendo o seu atendimento voltado aos interesses e necessidades do educando, contando com uma formação diferente do trabalho realizado com crianças. Diante dessas diretrizes foi possível reconhecer o valor da EJAI para uma sociedade devolvendo a ela o direito de reparar os erros diante da escolarização negada na idade própria,

bem como dando-lhes a igualdade de oportunidade de maneira permanente, onde a educação tenha sentido por toda vida.

2.1 EJAI E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação campesina paulatinamente, foi se constituindo como uma política. Contudo, durante todo o percurso da história, o ensino nessa modalidade educacional sempre foi desassistido, sem investimentos e sem legislação específica que garantisse uma educação do campo condizente com a cultura e identidade desse público com qualidade. Significa dizer que no sistema educacional, a educação urbana com suas práticas e metodologias se inseriram nas práticas educacionais camponesas sem nenhuma significação. Sabemos que, em longas datas foi se cumprindo como estabelecido na Lei nº 9131/95 e Lei nº 9394/96 – LDB, a elaboração de diretrizes curriculares para as diferentes modalidades de ensino e a formação de professores em nível médio na modalidade normal, sob o enfoque do direito, ao respeito às diferenças e a política de igualdade, dando acesso a uma educação de qualidade na perspectiva da inclusão.

A LDB/96, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo, que organiza em seus conteúdos curriculares metodologias apropriadas às necessidades e interesses dos alunos do campo. Por fim, menciono o Decreto nº7352/2010, que dispõe sobre a política educacional do campo, que visa em seu Art. 1º, a ampliação e qualificação da oferta de Educação Básica e superior às populações do campo, tendo a ser desenvolvida pela União em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conforme as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e o disposto neste Decreto. E em acréscimo, o Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária (PRONERA), executado nos termos do art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, integrando a política de educação do campo.

Entretanto, apenas a meta 8 do PNE faz menção ao EJAI e à educação do campo, que dispõe elevar a escolaridade média da população atendendo a idade de 18 a 24 anos de modo que consiga alcançar o tempo mínimo de 12 anos de estudo para os camponeses advindos das regiões mais pobres e de escolaridade baixa bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Ainda sobre o decreto acima mencionado, o § 1º inciso I, aponta a concepção de população do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados

rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Percebe-se que na realidade os aspectos históricos e as concepções da educação campesina não são verdadeiramente respeitados na prática.

2.2 EJA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Para uma educação igualitária e inclusiva, destacaremos nesse histórico a Educação Escolar Quilombola que foi debatida em 2010 durante a Conferência Nacional de Educação (Conae) e no I Seminário Nacional de Educação Quilombola. Tais eventos contou com a participação das comunidades quilombolas, professores/as, gestores/as e lideranças quilombolas de todas as unidades da federação. E se articulou com as políticas públicas a eles destinadas e que considerem a sua inter-relação com as dimensões históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais que acompanham a constituição dos quilombos no Brasil.

No ano de 2011, com ampla participação das comunidades remanescentes de quilombos, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola com ideologias voltadas para a formulação de currículos, respeitando os valores históricos e culturais dos alunos e professores das comunidades remanescentes de quilombos.

Logo, em 20 de novembro de 2012 o ministro da educação homologou a Resolução CNE 08/2012 que definia Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, devendo contemplar uma pedagogia própria, em respeito à especificidade étnico- racial e cultural de cada comunidade, tendo assim uma formação específica de seu quadro docente, com materiais didáticos e paradidáticos específicos, que observem os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, oferecendo isto nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.

Isso significa que a regulamentação nos sistemas de ensino deveria ser consolidada nacionalmente, seguindo orientações curriculares gerais da Educação Básica. Estas, devem incluir as orientações do Parecer CNE/CP 3/2004, contido na Resolução CNE/CP 1/2004, implantando a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura afro-brasileira nos currículos das escolas públicas e privadas da educação básica, como decide a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Conseqüentemente, a Educação Escolar Quilombola não pode ser pensada somente percebendo os aspectos normativos, burocráticos e institucionais que configuram das

políticas educacionais, mas a partir de um acompanhamento prévio e informatizado pelo poder público junto às comunidades quilombolas e suas organizações. Tendo assim, suas estratégias de lutas contra o racismo; pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo planejamento e desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito destas comunidades à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação. Em vista disso, as diretrizes destacam a importância da inclusão do estudo de memória, de sua ancestralidade, oralidade, corporeidade, estética e do etnodesenvolvimento, produzidos pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural. A formação de professores/as deverá ainda desencadear o processo de inserção da realidade quilombola no material didático e de apoio pedagógico existente e produzido para docentes da Educação Básica nas suas diferentes etapas e modalidades.

Tendo em vista que, na história da educação se buscou dar assistência a todos que independentemente da região que vive, raça, cultura, religião, sendo enfatizado nesse estudo o ensino do público da EJAI a partir da educação não formal que é uma área apoiada pelo senso comum e a mídia usualmente.

A expressão “educação não formal” se instaura relacionando-se ao campo pedagógico juntamente a uma série de críticas ao sistema formalizado de ensino. Nesse momento, os diferentes setores da sociedade passam a ver a escola e a família, como incapacitados de suportarem e representarem todas as demandas sociais impostas ou desejadas.

O processo de ensino na educação não-formal volta-se para a aprendizagem política dos direitos individuais dos cidadãos, percebendo sobre a capacitação intelectual e profissional por meio da aprendizagem de habilidades e potencialidades já adquiridas no meio social inserido de maneira coletiva, pensando assim na solução de problemas da comunidade que vivem, diante de uma leitura e compreensão de mundo desenvolvido por uma educação social.

O seu surgimento deu-se pelos fatores de transformações e mudanças ocorridas nas famílias, principalmente das classes mais favorecidas, e que foram perceptíveis nas próprias relações de trabalho. Isso nos orienta a dizer que os espaços de desenvolvimento e socialização das atividades no mundo moderno tem se redirecionado a uma reorganização social, e assim sendo são direcionados para o campo profissional⁷.

⁷ Fonte: <http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola/> > acesso em 24 de maio de 2019.

A LDB/96 em seu Art1º, define educação como aquela que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Contudo, segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP), instituição vinculada ao Governo Federal, certificou, recentemente, 57 comunidades rurais quilombolas em 19 municípios maranhenses, com isso, já são contabilizadas 500 certidões e 682 comunidades quilombolas no estado. A etapa de certificação das comunidades remanescentes de quilombos é a primeira do processo de titulação que pode culminar com a posse definitiva do território, conforme orientações da FCP, amparada na Portaria nº 104, de 16 de maio de 2016. De acordo com o Censo Escolar 2016, há no Maranhão 56.603 matrículas quilombolas, com 3.910 professores em 716 escolas de educação básica⁸.

2.3 EJAI E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Com base nisso, é possível perceber que a educação não- formal só veio a ter ações a partir dos anos 90, pois a economia, a sociedade e o campo de trabalho sofriam grandes mudanças com o crescimento do Terceiro Setor da Educação que é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, o qual tem o objetivo de gerar serviços de caráter público, que desenvolva um papel ideológico ligado aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal e estabelece um mecanismo importante para o enfrentamento a “questão social”. Nesse sentido, nota-se que o Estado vem tentando buscar alternativa entre as populações e seus espaços de novas vivências sociais e políticas com inúmeros projetos de educação não formal entre grandes parcerias com o Estado, em busca de construir propostas curriculares que evitassem a exclusão em escolas formais através de currículos próximos da realidade do aluno e da comunidade, e voltados para a sua diversidade cultural, étnica, econômica e social. O neoliberalismo, foi uma forte influência para a difusão de projetos de Educação Não Formal. Assim:

O denominado “terceiro setor” é a ”mistificação de uma sociedade civil, visto como homogêneo e sem contradições de classe, que em conjunto buscaria o bem-comum e em oposição ao Estado (tido como “primeiro setor”, supostamente burocrático, ineficiente) e ao mercado (“segundo setor”, orientado pela procura do lucro), contribui para facilitar a hegemonia do capital na sociedade” MONTAÑO (2008, p. 16).

⁸ Fonte: <http://www.educacao.ma.gov.br/educacao-quilombola-investimentos-e-respeito-ao-povo-negro/> acesso em 24 de maio de 2019.

Santos (2006, p.79) argumenta que na questão da organização do Terceiro Setor na Educação houve uma ampliação de organizações da sociedade civil, do cooperativismo e de associações em defesa dos direitos humanos com diferentes matrizes teóricas. Contribuiu ainda, para a construção de uma ideologia que se caracteriza a partir do altruísmo, compaixão e sensibilidade, nas Organizações Não Governamentais. Diante do exposto, é importante que questionamentos sejam feitos para a construção de espaços do Terceiro Setor, se serão de emancipação das pessoas atendidas ou de adaptação social. Todavia, podemos pensar que os projetos de educação não- formal somam as aprendizagens da escola regular, concluindo que este não é o único local para o processo ensino aprendizagem.

Nessa perspectiva, é possível dizer que a educação não formal está voltada para a formação geral dos indivíduos, não necessariamente implica certificações, mas aborda um currículo mais aberto, flexível e voltado para as necessidades das classes populares. Deste modo, é preciso unir os conteúdos da educação formal com o da educação não-formal como auxílio no progresso dos alunos, já que, em muitos casos, a educação regular, têm promovido mecanismos de exclusão social e pouco acesso à cidadania.

Faço uma ressalva de que o estudo em questão, não está envolvido somente com a educação não formal/ informal, mas com a relação que os projetos se desenvolvem, onde interligam-se com a educação do campo e educação regular (educação escolar quilombola).

3. A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL TRANSFORMADORA NOS PROGRAMAS E PROJETO DE EXTENSÃO EM ASSISTÊNCIA A EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO DE MULHERES COM ENFOQUE NO MARANHÃO

Tendo a perspectiva de igualdade, autonomia das mulheres, o respeito à diversidade, a equidade, a laicidade do Estado, a universalidade das políticas, a justiça social, a participação e controle social, emergiu de forma clara na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, os pressupostos e princípios da Política Nacional para as Mulheres estabelecidas na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres realizado em julho de 2004 e que teve políticas nacionais definidas, articuladas e implementadas por todo o governo.

Neste momento, aprofunda-se o campo de atuação do governo federal nas políticas públicas as quais incluem seis novas estratégias somadas àquelas existentes no I Plano, estão: Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias; Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e Enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas⁹.

O lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres expressa o objetivo político com o comprometimento do Governo Federal em eliminar a discriminação contra as mulheres. Tendo este esforço reconhecido nacional e internacionalmente, como no Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, realizado pela Organização das Nações Unidas, durante a avaliação do VI Relatório Nacional Brasileiro, em julho de 2007¹⁰.

Abordaremos neste capítulo 3 alguns projetos/ programas socioeducativos de promoção ao desenvolvimento social, assistidos por instituições públicas, em parcerias com o governo estadual e federal, os quais tem em comum o objetivo de gerar conhecimento, capacitação e empoderamento às mulheres.

Falaremos sobre os Programas Mulheres Mil e Sim, eu posso e Projeto de Extensão EJAI Mulher, por desenvolverem um plano de alfabetização que contemple o objetivo de

⁹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf> acesso em 12 de junho de 2019.

¹⁰ Ibid <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf> acesso em 12 de junho de 2019.

erradicar o analfabetismo, a igualdade de gênero e a eliminação da discriminação, tendo enfoque à alfabetização de mulheres, embora o Programa Sim, eu posso, não atenda somente o público feminino, mas na comunidade em estudo, somente as mulheres matricularam-se para este programa. É possível dizer que os três projetos mencionados acima, permeiam as características das Políticas Públicas voltadas para as mulheres.

3.1 PROGRAMA MULHERES MIL

O Programa Mulheres Mil, está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo Federal do Brasil em parceria com Colleges Canadenses e implantado na Rede Federal de Educação Profissional. Este, busca promover a equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O programa auxiliou no alcance das Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. Na oportunidade, as principais metas foram estabelecidas para a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental.

Este programa iniciou em 2007 e foi concluído em 2010, onde as equipes desenvolveram e implementaram o acesso aos Institutos Federais (Ifs) e aos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) com o sistema de acesso e permanência que garantem capacitação profissional para população menos favorecida. Sua metodologia desenvolveu-se tendo em vista a realidade das alunas brasileiras, articuladas aos conhecimentos prévios, à identificação vocacional, a comunidade. Essa metodologia dava ênfase para a compreensão do modo de vivência e diálogo com a comunidade, o que possibilitava o processo de inclusão de mulheres das populações não tradicionais nas instituições educacionais¹¹.

Em entrevista a um Blog do Jornalista Acélio Trindade, da cidade de Codó- MA, no dia 13 de outubro de 2012, a professora coordenadora do Programa Mulheres Mil, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Codó, relatou que os cursos ofertados para este programa seriam de panificação e artesanato, e que o mesmo assistiria as mulheres em situação de vulnerabilidade social do bairro Codó Novo e Comunidade Saco. Ressalto ainda que, este programa deu-se início em 11 de outubro de 2012.

A avaliação e acompanhamento dessa política pública, deu-se a partir da criação do Observatório do Programa Mulheres Mil contempladas na metodologia, onde as mulheres eram acompanhadas, tinham assistência de monitores e a avaliação era contínua, observando

¹¹ Fonte: <http://www.educacao.ma.gov.br/programa-sim-eu-posso-e-destaque-nacional-depois-de-tirar-mais-de-7-mil-maranhenses-da-escuridao-do-analfabetismo/> > acesso em 25 de maio de 2019.

os resultados e impactos gerados nas mulheres, nas famílias e nas comunidades, além de utilizar o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).

Sobre a consolidação deste programa na rede públicas federal, destacamos o momento em que foi instituída nacionalmente a Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011 do MEC, fruto de resultados positivos alcançados desde 2007. Seu objetivo é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Nesse sentido, a atuação acontece mediante ações para garantir o acesso à educação de acordo com as necessidades educacionais e econômicas de cada comunidade. Este programa oferece cursos de formação inicial e continuada (FIC), bem como a qualificação profissional técnica de nível médio. Este é desenvolvido prioritariamente pelas instituições públicas federais. No ano de 2013, expandiu sua oferta custeadas pela Bolsa de Formação, a qual apoia as instituições vinculadas às diversas redes de ensino do país na oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, custeando a abertura de vagas, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores

Ele iniciou suas atividades no Maranhão as atividades em 2009, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), cujo primeiro curso ofertado, foi o preparo, conservação e congelamento de alimentos, seguidos por outros cursos.

Segundo o Livro Mulheres Mil: do sonho a realidade (2011), o programa teve grande êxito em seus objetivos em vários estados do Brasil, e promoveu diversos impactos que por natureza não são tão simples e óbvios de serem mensurados. Entre eles está a descoberta da cidadania, o resgate da autoestima, a melhoria nas relações familiares e no convívio das comunidades, além do estímulo às mulheres a voltarem para os bancos escolares. As mulheres voltaram a acreditar em si mesmas.

Em Codó, segundo a coordenadora do Programa Ivonete Mendes, a sua coordenação deu-se a partir do ano de 2014, tendo as turmas desenvolvidas por mulheres das respectivas comunidades mencionadas anteriormente. Com entusiasmo, fala sobre a conquista para a cidade de Codó, onde as metodologias utilizadas de educação e empreendedorismo têm ajudado muitas mulheres em situação de vulnerabilidade social a saírem das situações de riscos. Indagada sobre o grande desafio de coordenar um programa com a responsabilidade de instruir mulheres a colocar-se ou recolocar-se socialmente como sujeitas com direitos, ela nos

fala o quanto viu o desenvolvimento e a força de vontade das mulheres participantes do programa Mulheres Mil.

Foi incrível ver que a cidade de Codó, em especial as mulheres, tenham abraçado esse programa de empoderamento. Onde suas vozes, seu conhecimento e seus direitos tenham sido atendidos. Terão sem sombra de dúvidas uma outra vida, se assim continuarem. Porque o que move a vida de qualquer ser, é a educação, é o conhecimento (Entrevista realizada com Ivonete Mendes em 07 de julho de 2019).

É notório que as políticas públicas voltadas para as mulheres têm sido de grande luta contra uma sociedade ainda tradicional e machista, pois as oportunidades para as mulheres em termos de educação e oportunidade de trabalho, embora tenha crescido o número, observamos a falta de valorização. Como bem menciona a coordenadora Ivonete Mendes em sua fala.

As lutas têm sido grandes, isso é fato. Mas nós que estamos a frente sabemos da competência que nossas mulheres têm. E essa valorização tanto pessoal como profissional sem sombra de dúvidas deve de maneira espontânea começar exclusivamente por elas. Inserindo-as em um contexto não somente voltado para o profissionalismo, mas para a educação delas. Muitas eram totalmente analfabetas, mas ao desenvolver de nossas atividades conseguiram aprender e também nos ensinaram muitas coisas. O que acontece com nossas mulheres é que a maioria não conhece o seu real papel na sociedade. Esse desconhecimento acaba por fazerem excluir-se, achando que são incapazes (Entrevista realizada com Ivonete Mendes em 07 de julho de 2019)

É importante citar que o Programa Mulheres Mil foi o primeiro programa desenvolvido na cidade de Codó, voltado para a educação profissional de mulheres, bem como sua alfabetização através do curso técnico. Tendo então 258 mulheres assistidas até o presente no IFMA Campus Codó, segundo a coordenadora. No momento o programa está em fase de requerimento de edital, pois de acordo com ela, a atual presidência do Brasil, diminuiu os recursos a ele destinado, e isso tem dificultado a sua continuidade no município.

3.2 PROGRAMA SIM, EU POSSO

Para compreendermos sobre este Programa de alfabetização de jovens e adultos (Sim, eu posso), é importante historicizar a sua criação. Tendo um método educacional utilizado na alfabetização de adultos desenvolvido pela educadora cubana Leonela Relys e de outros educadores cubanos que realizaram uma campanha de alfabetização através do rádio, no Haiti. Foi-se pensado sobre a sua realização aqui no Brasil principalmente para comunidades abrangentes do MST (Movimento Sem-Terra), pois o programa tem caráter internacionalista, que poderia ser usado em diferentes realidades sociais e linguísticas.

O método nasceu em 28 de março de 2001, quando o governo de Cuba contratou Leonela para criar uma cartilha de alfabetização em até cinco páginas, que combinava letras e números. Em um mês foi cumprido a missão, e logo houve o preparo de estratégias de

divulgação do método pela televisão. Em 2002, os primeiros *scripts* de aulas televisionadas foram criados, e em maio do mesmo ano começaram a ser gravadas as palestras. Nisso, empregou-se na alfabetização de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, em diversos países do mundo entre os anos de 2002 a 2009¹².

Como metodologia, do conhecido: os números ao desconhecido: as letras, as experiências eram vistas e adquiridas de forma progressiva por um professor com recursos audiovisuais. O facilitador tem como função fazer o vínculo entre a aula audiovisual e o participante, desempenhando a dimensão afetiva do iletrado, e controlando todo o processo de aprendizagem desenvolvido por intermédio de três etapas para a consolidação da alfabetização desses jovens e adultos, donde necessariamente desenvolvia o ato de escutar e ver (ouvido e olhos), escutar e ler (ouvido e livro) e escutar e escrever (ouvido e lápis).

O material usado pelo docente constitui-se por uma cartilha, um manual e 17 vídeos, que abrangem ao todo 65 aulas. Por ser um método muito flexível, a duração da ação educativa é variável podendo durar de sete semanas até três meses com dedicação exclusiva. As 65 aulas contempladas no método distribuem-se em três etapas, as quais são 10 aulas dedicados à primeira fase de treinamento, 42 aulas à etapa de aprendizagem da leitura e da escrita, e 13 aulas para a fase de consolidação da aprendizagem¹³.

Nesta primeira etapa, há uma preparação do aluno para uma interação na aprendizagem da leitura e da escrita. Em vista disso, 10 aulas são dedicadas e estruturadas em dois blocos com cinco aulas cada um. No primeiro bloco, há o desenvolvimento da expressão oral e capacidades psicomotoras, além de assegurar a representação gráfica dos números compreendidos de 0 a 30, e no segundo bloco trata-se do estudo das vogais.

A segunda etapa compreende-se pela aprendizagem da leitura e escrita, vista como principal objetivo, compondo assim por 42 aulas divididas em dois grupos, o qual um com 23 e outro de 19 aulas. O primeiro grupo de aulas, destina-se à aprendizagem das letras e fonemas, que cada dia é dedicado a uma determinada letra ou fonema. O segundo grupo de aulas é destinado às dificuldades particulares do idioma predominante ao país que está sendo aplicado. Para isso, os exercícios propostos envolvem em si a relação de um número (conhecido) com uma letra (desconhecida), o reconhecimento de uma figura simples e a sua relação com a palavra objeto de estudo, a apresentação de uma ideia ou oração (frase), na qual

¹² Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/02/07/sim-eu-posso-a-revolucao-que-vem-das-letras/>> acesso em 30 de maio de 2019.

¹³ <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/07/sim-eu-posso-a-revolucao-que-vem-das-letras/>, loc. cit. Acesso em 30 de junho de 2019.

se deve determinar a palavra-chave, a qual, então, é dividida em sílabas para, enfim, serem produzidas novas palavras e ideias¹⁴.

A terceira e última etapa é caracterizada por fixar os conhecimentos obtidos na etapa anterior. Esta compõe-se de 13 aulas, as quais é destinado as duas últimas para a redação. Com isso, diz-se que este momento é tido como uma avaliação para verificar o alcance ou não dos objetivos. Para tanto, as dificuldades apresentadas de ortografia são resolvidos a partir de um método lúdico, como em um jogo, construindo dessa forma o conhecimento em um sentido lógico.

Com encontros presenciais, a aula é dividida por momentos inicialmente de interação professor-aluno, onde são comentados sobre o dia a dia dos alunos, bem como as dificuldades encontradas individualmente ou coletivamente, visando com isso a motivação. Neste método não se deve avançar se a aprendizagem não tiver sido consolidada.

É importante ressaltar que o programa existe também no sistema Braille, além de ter sido adaptado para surdos e pessoas com deficiência intelectual leve.

Baseado nesse método cubano e adaptado para o Brasil pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o projeto é desenvolvido em parceria com o Governo do Estado do Maranhão desde 2016, pois o mesmo é o terceiro em número de analfabetos no Brasil, com 840 mil pessoas nessa condição, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁵.

O Programa sim, eu posso, desenvolvido em municípios com o IDH baixo, é uma iniciativa do Governo do Estado do Maranhão em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Visa não somente alfabetizar com conhecimentos sobre as letras e números, mas incorpora as contribuições de Paulo Freire, e, sobretudo possibilita a aquisição de novos códigos de leitura e interpretação do mundo, enriquecendo as experiências de vida, pois isto possibilita a dignidade dos sujeitos ainda que reconheçam-se como sujeitos de direito.

Em geral, este Programa com sua mobilização pela Alfabetização/ Jornada de Alfabetização do Maranhão – Círculo de Cultura é uma iniciativa dentre outras do Plano de Ações Mais IDH, que é um Plano de Governo para redução da extrema pobreza, com promoção de justiça social e cidadania para as populações mais vulneráveis. Criada pelo Governo do Estado tem a perspectiva de reverter e elevar os Índices de Desenvolvimento

¹⁴ Ibid. em <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/07/sim-eu-posso-a-revolucao-que-vem-das-letras/> acesso em 30 de junho de 2019.

¹⁵ Ibid. em <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/07/sim-eu-posso-a-revolucao-que-vem-das-letras/> acesso em 30 de junho de 2019.

Humano Municipal (IDH-M) nos 30 municípios com indicadores sociais mais baixos do Maranhão, instituído pelo Governo Flávio Dino, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Segundo a Secretaria de Estado de Educação do Maranhão, em entrevista ao jornalismo G1 relatou que os investimentos continuam como forma de combate ao analfabetismo. Sua implantação foi em 2016. O Programa Sim, Eu Posso, alfabetizou no primeiro ano 70% dos inscritos. Ou seja, dos 14.040 alunos inscritos no programa, 9.368 já conseguiram escrever suas primeiras linhas.

Em sua primeira etapa, o Sim, Eu Posso esteve nas cidades de Aldeias Altas, Água Doce do Maranhão, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Santana do Maranhão, São João do Carú e São Raimundo do Doca Bezerra. O segundo ciclo do programa foi desenvolvido em 2018 nas cidades de Jenipapo dos Vieiras, Itaipava do Grajaú, Aldeias Altas, Água Doce do Maranhão, Governador Newton Bello, Santana do Maranhão, São João do Carú, São Raimundo do Doca Bezerra, Lagoa Grande do Maranhão, São Roberto, Afonso Cunha, Marajá do Sena, Santa Filomena do Maranhão, Milagres do Maranhão e Belágua.

3.2.1 PROGRAMA SIM, EU POSSO EM LARANJEIRAS.

Na perspectiva de alfabetização e letramento no Maranhão, nas cidades com o menor IDH do Estado, e como parte dos planos de ação do Governo do Estado Maranhão em erradicar o analfabetismo do Estado, apresentamos em seguida sobre os procedimentos metodológicos desenvolvidos dentro desse programa a nível regional. Será dada ênfase a atuação desse Programa na comunidade Laranjeiras – Aldeias Altas/MA.

Ressalto, que as aulas ministradas fazem uso de aparelhos de televisão e reprodutores de DVD para a transmissão de uma espécie de telenovela (vídeo aulas) que passam aula por aula, percorrendo sobre temas variados associando um número a uma letra e, em seguida, acontece a composição de palavras e frases. As atividades propostas são mediadas por um monitor-alfabetizador durante quatro dias da semana com apenas duas horas de aulas por dia, no turno noturno.

De acordo com o plano de aula disponibilizado em (anexo), as aulas eram planejadas e desenvolvidas com recursos de mídias, ou seja, com vídeos aulas, tendo um monitor em acompanhamento.

É importante apontar que, o Programa Sim, eu posso, iniciou sua etapa em setembro de 2017 e teve seu término em junho de 2018, na comunidade de Laranjeiras, Aldeias Altas-

MA, atendendo nesse período 38 mulheres, segundo a Coordenadora da Sede, Rosellyde Damasceno.

3.3 PROJETO DE EXTENSÃO EJAI MULHER: A RESSIGNIFICAÇÃO DOS SABERES FEMININOS

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) como refletido anteriormente, é resultado de várias lutas e movimentos populares que almejam um processo de construção de um modelo educacional igualitário pensado também dentro da educação não formal com a perspectiva de Terceiro Setor. Esse modelo de educação tem como objetivo fazer com o que os sujeitos sejam protagonistas do seu conhecimento, pois segundo Paulo Freire (2002) em seu livro *Educação como prática de liberdade*, deixa evidente que é importante compreendermos os mecanismos que levam ao empoderamento, a partir da metodologia popular em que os educandos/educadores ultrapassem as suas concepções iniciais pela percepção das problemáticas e superação das mesmas.

Nesse sentido, é que trazemos para o escopo desta pesquisa o Projeto de Extensão EJAI Mulher: a ressignificação dos saberes femininos. O projeto EJAI Mulher é uma ação extensionista desenvolvida e pensada por professores da Universidade Federal do Maranhão - Campus Codó, do Curso de Pedagogia, visando a capacitação dos discentes de Pedagogia, para desenvolverem práticas de alfabetização e letramento, na modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, (EJAI) com mulheres na Comunidade Laranjeiras, no município de Aldeias Altas- MA no ano de 2018. Este projeto, foi financiado pela FAPEMA, e teve como agentes nesta ação, três monitoras graduandas ingressantes em 2015, sendo duas bolsistas e uma voluntária, o apoio e coordenação de uma professora (também coordenadora do curso de Pedagogia UFMA Codó), e um motorista.

Ao observarmos os alarmantes índices de analfabetismo em algumas cidades no Estado do Maranhão, e em ciência de que o público da modalidade de ensino EJAI, elegeu-se como foco do projeto as mulheres afrodescendentes jovens, adultas e idosas que moram na zona rural de um dos municípios com o (IDH) mais baixo do Estado.

O projeto tem como objetivo central promover ações transformadoras e beneficentes para a sociedade, bem como a oferta aos discentes de Pedagogia uma formação acadêmica possível de contextualizar com os princípios de transdisciplinaridade.

Essas ações refletem a preocupação de valorização ao direito à educação, especialmente para as pessoas em situação de exclusão, seja por causa da idade, do sexo ou do local onde vivem. Para tanto, desenvolveu-se práticas de alfabetização e letramento, na

modalidade EJAI na comunidade de Laranjeiras com mulheres afrodescendentes, concernentes aos princípios freirianos em defesa de uma educação libertadora e emancipadora. Nele, haviam matriculados dezoito mulheres analfabetas e analfabetas funcionais que permaneceram até o final do projeto.

As aulas eram realizadas somente aos sábados, das 08 h:00 as 12 h:00 e o seu planejamento era realizado uma vez por semana na sala de estudo e projetos da UFMA Codó, tendo como método de ensino, aulas expositivas e dialogadas baseadas no cotidiano e costumes da comunidade.

A metodologia deste projeto foi organizada em quatro momentos. Dentre os quais inicialmente se pensou sobre a equipe executora do projeto, os discentes que estariam na condição de monitores (acadêmicos regularmente matriculados no Curso de Pedagogia da UFMA/Campus Codó), e do público-alvo a ser assistido. Logo, os discentes tiveram uma capacitação sobre os fundamentos e metodologia em EJAI, a fim de que o grupo tivesse estudos e pesquisas aprofundadas sobre a temática do projeto, promovendo uma socialização sobre as ações de extensão e pesquisa.

A estas etapas, somaram-se práticas de planejamento, regência e reflexão, desenvolvidos a partir do conhecimento prévio do aluno. Diante disso, entendemos que as atividades aplicadas deveriam estar relacionadas à cultura das mulheres de Laranjeiras.

Os conteúdos e competências priorizados ao longo das aulas foram pensados na linguagem oral, em relação ao domínio da escrita, à leitura e compreensão de textos lidos em voz alta, a etnomatemática, que compreende a leitura e escrita de números, bem como as quatro operações que podem ser aplicadas em situações cotidianas.

Em relação aos recursos pedagógicos, acrescentamos para efeito de compreensão, que os materiais foram confeccionados com matéria prima de baixo custo ou recicláveis, de acordo com as observações das necessidades trazidas pelo cotidiano dessas mulheres quebradeiras de coco, lavradoras e mães, tendo assim a verificação de aprendizagem realizada de modo contínuo.

3.3.1 DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PROJETO EJAI MULHER EM LARANJEIRAS

Sabendo que o ato educativo deve transformar o ser em alguém pensante e não em objeto, Freire (1996), nos adverte que toda e qualquer ação educativa deve ser um ato político

que desenvolva o ato consciente de sua posição no mundo, deixando para trás sua consciência oprimida, as quais impedem de transformar sua história e vivenciar uma nova realidade.

O projeto EJAI Mulher em seu processo de ensino aprendizagem não- formal, direcionado às pessoas adultas, buscou desenvolver a valorização de habilidades e a ressignificação de conhecimentos, aperfeiçoando as qualificações técnicas e profissionais, direcionadas as necessidades pessoais e sociais, respeitando as multiculturas, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos.

Diante do exposto, Freire (1994, p.11) afirma que “hoje, mais do que em outras épocas, devemos cultivar uma educação da esperança enquanto empoderamento dos (as) sujeitos (as) históricos desafiados a superarmos as situações limites que nos desumanizam a todos”. Esse empoderamento traz para as mulheres um posicionamento diferente diante da sociedade, onde a autovalorização faz parte desse processo.

As práticas que foram pensadas dentro do Projeto EJAI Mulher; a ressignificação dos saberes femininos, foram extraídas pela aproximação com o cotidiano dessas mulheres, haja visto que suas falas nos trouxeram ideias de grande valia para o processo de planejamento e aprendizagem. O deitar, o levantar, o falar, os comportamentos da comunidade, as crenças e descrenças, bem como o trabalho árduo realizado em seus cotidianos contribuíram com a ressignificação dos seus conhecimentos já adquiridos.

Mencionamos assim, algumas atividades que nos motivaram a pensar em metodologias simples, mas eficaz em suas aprendizagens:

- Balançar o bode: é uma mistura produzida com esterco de bode e plantas como o capim limão, onde ao serem queimadas, provocam uma fumaça utilizada como repelente para mosquitos.
- Matança do boi: atividade realizada em conjunto dentro da comunidade, onde a função exclusiva das mulheres é fazer a limpeza das partes do boi, principalmente a que se refere as vísceras do animal e que também é comercializado.
- Farinhada: Período de produção de farinha, em que a comunidade se mobiliza e todos participam, no final da produção é dividido todo o produto produzido para comercialização.
- Quebrar o coco: atividade cotidianamente desenvolvida pelas mulheres onde as mesmas além de quebrarem o coco, tem seus momentos de contação de história.

- Tirar o azeite: Logo após a quebra do coco, as mulheres produzem o azeite para o uso diário e para comercialização.

Essas atividades desenvolvidas pelas mulheres em seu cotidiano nos despertavam a cada aula ideias de propostas pedagógicas, ou seja, a todo momento suas realidades estavam sendo estudadas de forma lúdica e dinâmica.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção será explicitado os procedimentos utilizados para a coleta de dados durante a pesquisa de campo, bem como sua análise. Para tanto, foi utilizado uma entrevista semi-estrutura que tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa e as observações e atuação como monitora durante a execução do Projeto EJAI Mulher. Os questionamentos possibilitam o surgimento de novas hipóteses advindas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador que favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 146 e 152).

Em concordância MANZINI (1991, p. 154), descreve sobre a relevância de considerar as principais características de uma entrevista semiestruturada, que estão apoiadas as teorias e hipóteses relacionados ao tema, descrevendo e explicando os fenômenos analisados para que haja uma melhor compreensão das coletas de informações. Salienta ainda que esse tipo de entrevista pode emergir com informações de forma mais livre, permitindo que os entrevistados sejam mais espontâneos. Nessa mesma linha de pensamento, Easterby-Smith, Thorpe e Lowe apud Rigato (2007) expõem que esse método permite entender as diferentes visões e opiniões acerca de um determinado assunto, de maneira que o investigador possa influenciar de forma independente e colaborativa, tornando o entrevistado menos relutante ao discutir o assunto.

Desse modo, o autor Duarte (2005, p. 62) reportar-se sobre a entrevista semi-estruturada como “recurso metodológico que busca, com bases teóricas e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer”.

Para esta pesquisa a concepção de teoria e prática são indissociáveis, pois suas práxis autêntica uma relação que possibilita aos sujeitos reflexão sobre a ação, proporcionando uma educação libertadora. Segundo Freire (1987, p.38) “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”.

As perguntas elaboradas foram propostas a partir de um roteiro de questões abertas, com a possibilidade de incluir perguntas adicionais na medida que novos pensamentos e questionamentos por ventura surgissem. Para tanto, a pesquisa é também designada como

qualitativa, pois aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2003, p. 22).

Dentre isso, buscou-se saber sobre a participação no Projeto de Extensão EJAI Mulher e “Programa Sim, eu posso”, bem como as aprendizagens significativas adquiridas, enfatizando a importância da relação aluno- professor no processo de ensino, contribuições das metodologias desenvolvidas nos dois projetos e as possíveis causas de permanência e evasão nessa educação não- formal concebida em ambas as oportunidades no que tange ao ensino da EJAI na comunidade.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

A metodologia de pesquisa utilizada é do tipo qualitativa, descritiva, com enfoque fenomenológico que através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tendo a observação a partir de minha atuação como monitora durante o Projeto de Extensão EJAI Mulher.

Foi realizado entrevistas em formato de roda de conversa, e entrevistas online com percepções de três alunas, dentre as quais uma é monitora, coordenadora de polo e coordenadora do município, sendo as entrevistas realizadas de forma individual sobre o processo de alfabetização desenvolvido no Projeto EJAI Mulher e Sim, eu posso. A pesquisa desenvolveu-se na comunidade Laranjeiras, município de Aldeias Altas no estado do Maranhão, distante aproximadamente 64 quilômetros da cidade de Codó, sede da UFMA-Campus Codó. A comunidade possui 56 famílias aproximadamente. O município em questão encontra-se segundo o IBGE entre os municípios com o IDH mais baixo do Estado. Sendo que a comunidade possui uma escola de alvenaria construída pelo Governo do Estado, com a promoção do “Programa Escola Digna” que constitui-se como a macropolítica de educação da SEDUC e tem por finalidade institucionalizar as ações da secretaria em eixos estruturantes que subsidiam teórico, político e pedagogicamente as ações educativas da Secretaria de Estado da Educação, como política de Estado, de modo a orientar as unidades regionais, as escolas e os setores da SEDUC, dando-lhes uma unidade em termos de concepção teórica e metodológica para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Trata-se da Escola Antônio Gonçalves Dias que atende alunos do 1º ao 4º ano no turno matutino em turmas multisseriadas. É importante ressaltar que, a comunidade tem registro no IBGE como comunidade quilombola, porém, não tem certificação expedida na Fundação Cultura Palmares (FCP) que a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua

inscrição em cadastro geral de acordo com o § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Embora as mulheres e os demais moradores desta comunidade se reconheçam e se auto declarem como descendentes de quilombolas.

No ano de 2018, esta comunidade foi contemplada com o Programa Sim, eu posso e Projeto de Extensão EJAI Mulher: a ressignificação dos saberes femininos mencionados anteriormente. Nestes, encontram-se como objetivo principal a alfabetização, e teve como público alvo as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, o foco de estudo contemplou o Projeto EJAI Mulher e o Programa Sim, eu posso, considerando suas práticas metodológicas de inclusão e alfabetização através da educação não formal considerando e analisando as situações de permanência e evasão, bem como suas causas.

4.2 MULHERES EMPODERADAS EM ESTUDO

Selecionamos como sujeitos de estudo as alunas do Nível II do Projeto de Extensão “EJAI Mulher”, que também tiveram contato ativo com o Programa “Sim, eu posso” no percurso do ano de 2017, na comunidade Laranjeiras- Aldeias Altas-MA. Estas, são mulheres negras que se declaram afrodescendentes, quebradeiras de coco, que vivem da lavoura e que diante da situação social e econômica, buscam conhecimento na modalidade EJAI onde vivem, através de programas e projetos com união e parcerias das esferas governamentais e não governamentais, os Institutos Federais e a rede de Educação Federal e Municipal. Contribuíram para esse estudo, a monitora Maria do Rosário Araújo dos Santos e a coordenadora de Polo do campo do Programa Sim, eu posso, Diana Almeida de Oliveira que além disso, foram alunas do Projeto de Extensão EJAI em Laranjeiras e a Coordenadora e professora Municipal Roselily dos Santos Lima Damasceno (Sede).

4.3 RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROJETO EJAI MULHER

Com esse suporte é que relato a seguir a minha experiência como monitora voluntária do Projeto de Extensão EJAI Mulher. Foi possível vivenciar todo o percurso de desenvolvimento das diferentes metodologias baseadas no grande educador Paulo Freire, que a partir do Método de Ensino das palavras geradoras, envolvendo a cultura das mulheres de Laranjeiras, teve-se a alfabetização e a ressignificação dos seus saberes. As dezoito mulheres participantes, como mencionado anteriormente, foram divididas em dois grupos, quais sejam: o Nível I (são as mulheres que ainda não são alfabetizadas) e o Nível II (são as mulheres

alfabetizadas, algumas com ensino médio completo, mas que não têm o domínio da leitura e escrita). Foi neste último que desenvolvi minhas atividades como monitora voluntária.

No dia 24 de março de 2018, foi o primeiro contato com as alunas, desenvolvi uma aula diagnóstica, em busca de analisar seus conhecimentos no que tange a propiciação da escrita e leitura, possibilitando meu conhecimento sobre as habilidades e dificuldades do grupo ao qual eu estaria responsável. Nesta aula, houve uma leitura e interpretação da música escrita de Chico Buarque, “ Para todos”. Logo após em uma roda de conversa foi possível perceber as dificuldades, que iam além da leitura e interpretação. Estamos aqui falando sobre a dificuldade de expressarem-se diante de qualquer assunto, bem como expor suas opiniões.

No dia 07 de abril de 2018, no planejamento de aula, tivemos a ideia de se fazer uma visita até a casa de forno da comunidade para conhecermos de perto o processo de produção da farinha, mas isto não foi possível. Desse modo, em sala de aula trabalhou-se previamente com o tema: farinhada. Já pensando na preparação de algumas das alunas para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), foi desenvolvido uma discussão acerca desta temática, e explanado todos os procedimentos que antecedem e sucedem a produção da farinha, enfatizando assim, desde a produção, gastos e venda, bem como a valorização e desvalorização deste trabalho. Nesse sentido, foi proposto que se desenvolvesse um texto narrativo e explicativo abordando as etapas para essa produção.

No dia 14 de abril de 2018, sabendo a partir de conversas na aula anterior sobre o trabalho de matança e venda da carne bovina na comunidade, como meio de aumento a renda familiar, o tema da aula incluiu uma discussão e interação sobre os processos dessa atividade na comunidade, propondo que houvesse uma descrição escrita e logo após oral, abrangendo a categoria de textos funcionais.

Na aula do dia 24 de abril de 2018, trabalhamos com a leitura e interpretação do texto “A vida cantada e contada em versos” e o vídeo “O bicho” de Manuel Bandeira, foi explicitado sobre sua bibliografia. Na oportunidade ouvimos a opinião de cada uma sobre a leitura e o que as mesmas representam ou assemelham-se ao seu cotidiano. Em seguida, foi acrescentado uma atividade de Matemática com as Figuras Geométricas e as diferentes representações gráficas de polígonos, possibilitando a leitura de imagens e descrição, a partir de objetos com formatos de figuras geométricas usadas no cotidiano.

No dia 05 de maio de 2018, como atividade extraclasse, foi proposto na aula anterior que as alunas de forma individual, pesquisassem e lessem um poema em casa e trouxessem para a aula. Eles foram apresentados e discutidos a partir da relação pessoal com o poema, além de explicação e identificação de versos, rimas e estrofes. Dentre os poemas trazidos, me

chamou a atenção o que traziam em seus versos, pois eles falavam de saudade e profissões, e que reportavam situações do cotidiano. Grandes autores foram mencionados como José Paulo Paes, Gonçalves Dias e Manuel Bandeira que tiveram suas bibliografias socializadas e discutidas.

No dia 12 de maio de 2018, foi realizado um café da manhã com todas as alunas. Em seguida, uma dinâmica sobre os sonhos e logo depois, realizado uma roda de conversa sobre o dia das mães. Por fim, foi distribuído uma lembrancinha de EVA produzida pelas monitoras. Em sala de aula foi trabalhado a importância dos negros na história e o processo de abolição.

No 16 de maio de 2018, retratamos a Cultura: história e identidade afro-brasileira. Logo depois ouvimos a música “Rosa Choque” de Rita Lee, e em seguida realizado uma roda de conversa para discutir as diferentes interpretações. Por fim, produzimos um texto adaptando as estrofes.

No dia 26 de maio de 2018, trabalhamos os fatos históricos: Mulheres na Política. Tivemos como objetivo compreender quais as percepções da mulher quilombola na política e quais sua importância no meio político. Inicialmente foi lido a história de Luislinda Valois (Desembargadora) e de Antônia Maria Faleiros (ex- empregada doméstica que se tornou juíza) como forma de reflexão e incentivo. Logo após, foi proposto que as alunas escrevessem um texto dissertativo sobre a importância da representatividade feminina em sua comunidade, fazendo com que refletissem e descrevessem o que fariam se tivesse o poder político em mãos.

No dia 09 de junho de 2018, foi desenvolvido o tema: Mulheres na Ciência, onde descrevemos a história de Carolyn Hartz, uma cientista que descobriu uma maneira de diabéticos usarem um açúcar formulado com algumas especificidades. Nesse sentido, foi realizado uma roda de conversa para relatarem uma problemática na comunidade que pudesse ter uma intervenção científica. Nesse momento, foi apontado o problema da água pelas alunas. Assim, pensando em resolver essa problemática, propomos que fizessem uma carta direcionada ao poder público municipal solicitando a resolução do problema. A carta foi encaminhada via correio para que as autoridades competentes pudessem ficar cientes da situação.

No dia 16 de junho de 2018, trabalhamos gêneros textuais e conjugação de verbos no tempo presente, passado e futuro. Em seguida, desenvolvemos uma atividade como preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nesta aula, houve uma grande dificuldade na conclusão da atividade devido ao pouco conhecimento e prática sobre a flexão do verbo nos diferentes tempos.

No dia 23 de junho de 2018, realizamos com as duas turmas uma dinâmica com balões no pátio da escola, onde em cada balão havia uma palavra de duas sílabas, estas foram lidas pelo grupo. Todas as alunas conseguiram realizar esta atividade. Menciono o prazer de vê-las já lendo pequenas palavras e trabalhando em coletivo.

No dia 30 de junho de 2018, foi realizado uma roda de conversa onde as alunas puderam apresentar e aprender algumas coisas sobre as festas juninas, e a sua importância na cultura. Para o desenvolvimento da aula propomos ir até a cantina da escola produzir a pipoca, deixando que elas relatassem pausadamente a produção. Em sala de aula, usando o processo de produção da pipoca, foi realizado em forma de texto descritivo, com o passo a passo do processo. Aproveitando a oportunidade da temática, foi discutido as experiências e práticas do plantio do milho e em algumas vezes a produção do milho de pipoca e as dificuldades de produção.

Em seguida, foi realizado uma verificação de aprendizagem de história sobre os povos brasileiros, diversidade cultural e étnica e discriminação social.

No dia 7 de julho de 2018, foi realizado uma verificação de aprendizagem de Português com o conteúdo de gêneros textuais, versos, prosas e crônicas, interpretação textual e variação linguística. Com o propósito de prepará-las para o ENEM. Em seguida, foi proposto que se fizesse uma redação com o Tema Jogos: A importância do Esporte na economia e na cultura. As alunas descreveram a importância da prática de esporte, a geração de economia e a cultura do futebol no Brasil.

No dia 14 de julho de 2018 foi apresentado o poema Vozes Mulheres de Conceição Evaristo, onde tivemos um momento de reflexão e discussão acerca da importância de refletirmos o nosso passado e presente, dentre aquilo que ensinamos. Esse momento foi bastante importante porque vi o avanço da expressividade oral das alunas.

No dia 21 de julho de 2018, em aula foi estudado gêneros textuais, cartas, bulas, manuais de instrução. As alunas trouxeram para sala de aula esses diferentes gêneros e pudemos analisar a estrutura de cada gênero textual bem como a importância deles na vida do indivíduo.

No dia 28 de julho de 2018, trabalhamos as palavras interrogativas e afirmativas, bem como as pontuações das palavras em frases e textos. Foi realizado uma dinâmica com balões, com as mulheres estouraram o balão e retiraram frases e as liam com diferentes pontuações.

No dia 4 de agosto de 2018, foi desenvolvido uma atividade sobre a “quebra do coco”, onde escreveu-se um texto descritivo sobre o processo de quebra do coco e de seus respectivos produtos após a colheita. Nessa aula conheci o processo da quebra do coco bem

como a produção do azeite, carvão e sua comercialização. Logo em seguida, tivemos uma aula de matemática retratando sobre gastos, vendas e lucros dos produtos comercializados por elas.

No dia agosto de 2018, em uma visita ao o quintal de uma das alunas (Izidória), vimos o processo de quebra do coco e ouvimos em roda de conversa os relatos sobre as produções. Nesse momento, as alunas Diana, Rozário e Leninha relataram a quantidade de coco necessários para a retirada de azeite de coco, as credices do momento de produção, e os costumes que tem ao entrar na mata para a retirada do coco babaçu.

No dia 28 de agosto de 2018, fizemos uma simulação de compra e vendas dos produtos produzidos e comercializados pelas alunas e após uma redação falando sobre o desprestígio e preconceito por conta da produção e comercialização dos mesmos.

No dia 01 de setembro de 2018, na última aula, houve a produção de um poema, onde as mulheres tentavam produzir seu próprio poema, com estrofes sobre suas realidades.

Como monitora, ressalto que durante todo o percurso do Projeto EJA Mulher: a ressignificação dos sabres femininos, fui observando minha transformação pessoal e profissional, e concludo depois disso, em meu processo de formação nunca mais fui a mesma. Desenvolvi as mais incríveis aprendizagens, e me encantei com cada conquista das aulas no processo de aprender ler e escrever. Estes, foram os momentos que pude refletir sobre as minhas metodologias e a importância das experiências trazidas pelos alunos.

4.4 ENTREVISTAS

No dia 29 de maio do corrente ano, saímos da cidade de Codó às 5 h: 30 da manhã com destino à comunidade de Laranjeiras para que pudesse ter um contato mais direto, entrevistar as mulheres do Nível II partícipes do Projeto de Extensão EJA Mulher e Sim, eu Posso. Percorrendo um vasto caminho, é possível fazer uma reflexão acerca da ausência das políticas públicas com as regiões longínquas, onde a educação é apenas documentada, conforme explicitado nos capítulos anteriores.

Para este momento de pesquisa, optou-se pelo tratamento de análise de dados qualitativos. Logo, reportando-se as perguntas utilizadas para fim da investigação colocamos de forma ordenada as perguntas e as respostas, analisando as semelhanças e divergências sobre o estudo. Para tanto, dividimos esse momento em três perguntas que se referem à percepção das aprendizagens significativas individuais ou coletivas, a importância da relação aluno-professor e as dificuldades observadas ou sentidas dentro da educação não formal.

Contudo, foi realizado a partir da entrevista qualitativa as seguintes perguntas abertas para compreensão e alcance do objetivo deste trabalho. Em narrativa, será apresentado as perguntas e respostas das mulheres, respectivamente. A primeira pergunta foi: Na comunidade, no ano de 2018 foi realizado dois grandes projetos que tinham como objetivo a alfabetização, o Projeto EJAI Mulher e o Programa Sim, eu posso. Quais aprendizagens foram possíveis na participação em cada um?

A Monitora do Programa Sim, eu posso e aluna do Projeto EJAI Mulher, Rosário expressa:

Mesmo como monitora, eu sentia dificuldade, porque a aula era em vídeo, já vinha preparada em pendrive, quem não sabia ler e escrever tinha muita dificuldade. Na EJAI Mulher eu gostava mais, porque as aulas eram bem explicadas e havia um professor presente para tirar dúvidas, nele aprendi a escrever textos, interpretar, fazer leituras, e também conheci muitos direitos da mulher, principalmente negra (Fonte: entrevista realizada com Maria do Rosário em 29 de maio de 2019).

Observamos na fala acima, que a metodologia utilizada não trabalhava a reflexão e a criticidade dos alunos, enfatizando uma instrução programada, nas técnicas de microensino com recursos televisionados, descritos na Tendência Pedagógica da Escola Tecnicista. Os sujeitos se integram como "máquina social", onde a escola apenas repassa e aplica o conteúdo, percebendo assim uma divisão entre trabalho intelectual e manual. Os conteúdos abordados são sistemáticos e controlados pelo técnico que assegura aos indivíduos a transmissão/recepção de informações, ou seja, a relação aluno-professor é apenas em transmitir a matéria e ao aluno receber, aprender e fixar. No entanto em sua participação como aluna no Projeto “EJAI Mulher”, a relação professor- aluno fez toda a diferença no processo de ensino aprendizagem, pois a aluna conseguiu atingir seu objetivo.

A Coordenadora de Campo do Sim, eu posso e aluna do Projeto EJAI Mulher Diana comenta:

No Sim, eu posso, quando eu tava na coordenação, percebi que teve seus pontos positivos, porque a cartilha lá que vinha, tinha a palavra e o desenho, quem não sabia ler e escrever arriscava dizer a palavra olhando a imagem e aprendia algumas coisas. No EJAI Mulher como aluna, eu vi as aulas muito interessante, eu ficava ali vendo as meninas que pegavam a letra, ia no quadro, juntava e formava as sílabas e depois as palavras, escreviam seus nomes, tendo sempre as professoras lá do lado dando assistência para uma ou para todas, e eu aprendi muito sobre leitura e interpretação de texto, tinha muita dificuldade nisso, hoje já até ensino meus filhos na lição de casa (Fonte: entrevista realizada com Diana Almeida em 29 de maio de 2019).

Observamos na entrevista acima, uma relação da concepção da aluna com o processo de alfabetização e letramento, onde o domínio do código e das habilidades necessárias para leitura e escrita, é viabilizado pelo domínio do conhecimento de mundo, pois mesmo o aluno não sendo alfabetizado consegue associar a imagem com seu respectivo nome. O processo de

leitura não deve resumir-se apenas à aquisição de habilidades mecânicas (codificação e decodificação), mas também na capacidade de interpretar, criticar e compreender suas interpretações. É possível perceber que no Projeto EJA Mulher, segundo a aluna, havia além da alfabetização, havia o letramento, no sentido de apropriaram-se da escrita a partir do reconhecimento das letras e sílabas.

Roselily, Coordenadora Municipal do Programa Sim, eu posso expõe:

O Sim, eu posso, não era diferente desse projeto aí de vocês não, era todo falando do método de Paulo Freire, só que nossas aulas eram feitas por vídeo aula, onde se tirava uma letra e dessa letra surgia a palavra geradora que era trabalhado as palavras que começava com essa letra, [...] muitos alunos saíram escrevendo (Fonte: Entrevista realizada com Roselidy Damasceno em 30 de maio de 2019).

Percebemos a partir do argumento da entrevistada que este Programa de alfabetização mencionado acima havia traços simples e um pouco distante do método de Paulo Freire: “Palavras Geradoras”, pois este método tende a estudar a realidade do aluno, suas histórias de vida e o contexto que está inserido. Pretendia ainda, despertar o ser político que o indivíduo deve ter por direito. E isso se distancia um pouco do método de alfabetização do Programa “Sim, eu posso”, pois, desenvolvia o ensino a partir de uma realidade em âmbito regional e não especificadamente da comunidade. Há ainda uma contradição em relação aos resultados citados acima, pois há relatos da aluna Izidória, não entrevistada nesta pesquisa, mas ouvida durante a roda de conversa que o Programa não conseguiu se quer desenvolver o conhecimento alfanumérico durante seu percurso na comunidade.

Rosimeire, aluna do Programa sim, eu posso, e do Projeto EJA Mulher comenta:

No Sim, eu posso, eu não aprendi muita coisa, porque as aulas eram pela televisão, e passava muito rápido tudo, não dava tempo de escrever, não tinha professor, só um monitor, então eu sentia dificuldade pra tirar minhas dúvidas. Já antes do EJA, eu tinha muita dificuldade de escrever e pontuar um texto, eu não lia muito bem. Na hora de ler pra outra pessoa era ruim, e com as aulas de redação no projeto, eu aprendi tudo isso, hoje tá bem melhor. A professora ficava ali explicando e fazendo a gente falar, por isso gostei muito (Fonte: Entrevista realizada com Rosimeire Fernandes em 29 de maio de 2019).

Paramos para refletir em relação a essa fala e as anteriores que mencionaram o recurso da televisão como algo invasivo e distante no contexto da sala de aula. É possível lembrarmos que sobre as aulas desenvolvidas pelo Programa Telecurso 2000¹⁶, da Fundação Roberto

¹⁶ Método de ensino supletivo de 1º e 2º graus desenvolvido para a formação e qualificação profissional básica de jovens e adultos que, por razões diversas, não concluíram ou tiveram que interromper os seus estudos. Era produzido pela parceria entre o Canal Futura, a Fundação Roberto Marinho, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O Ministério da Educação (MEC) em 1998 associou-se uma parceria com o projeto Telessalas 2000, desenvolvido com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O Telecurso 2000 experiência dos Telecursos 1º e 2º graus criados pela Fundação Roberto Marinho. Em janeiro de 1978, o Telecurso 2º grau, produzido em parceria com a TV Cultura, O programa era voltado para pessoas com mais de 21 anos que pretendiam fazer os exames supletivos oficiais

Marinho, seu recurso de ensino era baseado na mídia (televisão), pretendo dessa forma o aluno a sala de aula, sem uma aula didática que possa desenvolver o raciocínio crítico dos alunos. Podemos ainda dizer que, faz uma relação ao método tecnicista.

Diante do exposto, é possível perceber que mesmo os dois projetos tendo o objetivo de alfabetizar, houve dificuldades de assimilar os conhecimentos em relação às estratégias e metodologias de ensino eram sentidas pela aluna Rosimeire e pela própria monitora do Sim, eu posso Rosário, aludindo as percepções das duas coordenadoras deste programa, elas viam esse processo como positivo em relação as aprendizagens dos alunos. Nota-se que há uma divergência em relação ao discurso sobre as metodologias e aprendizagens significativas observadas ou vividas a partir dos dois projetos desenvolvidos na comunidade. Isso trouxe-me duas reflexões, a primeira é sobre a importância de professores, monitores ou coordenadores da modalidade EJA ou de qualquer outra modalidade avaliar a aprendizagem do aluno a cada aula ministrada e a segunda é de conhecer de perto a realidade dos alunos, para que haja uma aprendizagem significativa e motivadora que os façam permanecer no ambiente escolar, para que os conteúdos não sejam elaboradas de forma inapropriada a sua assimilação e realidade, pois isso pode trazer consequências para o aluno em sua aprendizagem, o que se nota em muitos casos a evasão.

Nesse contexto, citamos Arroyo (2007) argumentando sobre a educação que foge da realidade do aluno:

Sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas. Sendo que qualquer tentativa de diluí-los em categorias muito amplas os desfigura. Eu diria que os últimos anos foram tempos de deixar, ainda, mais recortadas essas configurações do que venha a ser jovem e adultos popular (Arroyo 2007, p. 07).

Em concordância a Arroyo, Libâneo (2005, p.76) comenta que:

A reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo. São necessárias estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que e como mudar”.

Afastar-se das possíveis ações que levem os alunos a uma prática inteiramente e puramente mecânica, é o caminho certo. Devendo dessa forma, desenvolver estratégias que busque a permanência desses jovens e adultos insatisfeitos com as condições metodológicas vistas como espectadores na escola. Em acordo, BRASIL (2010), transfere aos educadores e

para obter certificado de conclusão do 2º grau. Em 1981, a Fundação Roberto Marinho, em parceria com o MEC e a Universidade de Brasília (UnB), lançou o Telecurso 1º grau, que abrangia da 5ª à 8ª série do ensino fundamental. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/telecurso-2000/> < acesso em 28 de maio de 2019.

escola a responsabilidade de responder as inquietações e satisfazer necessidades de jovens e adultos no sentido de que haja uma evolução da sociedade.

A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal. A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses. E a equidade, à necessidade de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter aprendizagens e desenvolvimentos equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação (BRASIL, 2010, p. 5).

E nesse ponto, devem ser desenvolvidos instrumentos que possibilitem aos educandos formação necessária, para que o ensino alcance os diferentes espaços culturais.

Em continuidade, na busca por compreender a importância das metodologias, foi dirigido a seguinte pergunta com as respostas das entrevistas seguidas na mesma ordem que a anterior: Qual a importância para você da relação professor-aluno no processo ensino aprendizagem? Como foi essa experiência no programa Sim, eu posso e no Projeto EJA Mulher?

Rosário expõe:

Eu acho muito importante porque faz com que o aluno, aprenda mais, porque se ele não gostar do professor ele volta com dúvida pra casa. No Sim, eu posso a interação que tinha era dos vídeos e eu que ficava lá como monitora, nós não saía ali da sala. E no EJA Mulher, a gente aprendia em todo lugar aqui da comunidade, era bom demais (Fonte: Entrevista realizada com Maria do Rosário em 29 de maio de 2019).

Percebemos na fala da entrevistada que a relação professor- aluno é de grande importância tanto para o processo de ensino aprendizagem quanto para a atuação do professor. Essa afetividade é fundamental para que haja uma organização e assimilação dos conteúdos, bem como facilita ao professor analisar a realidade do aluno de perto e planejar suas aulas de acordo com elas. Esse conhecimento possibilita desenvolver metodologias fora do contexto escolar, dando um sentido de valorização aos conhecimentos prévios do aluno.

Diana contribui:

Ah, essa interação é importante sim, porque é isso que dar força e faz com que ele permaneça na escola e estude, porque quando o aluno e o professor não se dão bem, o aluno na aula pode ter uma dúvida, mas não pergunta pois tem medo de perguntar. No Sim, eu posso tinha o monitor, mas só estava ali e pronto. Já na EJA Mulher os professores tinham uma aproximação maior, viramos até amigas. Isso fez a gente aprender mais (Fonte: Entrevista realizada com Diana Oliveira em 29 de maio de 2019).

Comprendemos com a fala da aluna que essa relação é digna de confiança, pois o professor tem o papel de mediador e incentivador dos alunos e essa afetividade contribui para

seu desenvolvimento intelectual. Tais comportamentos afetivos podem evitar a evasão escolar.

Roselildy declara:

Principalmente nessa modalidade de ensino EJAI, esse processo do professor-aluno é importante, pode ajudar o aluno a se motivar e frequentar as aulas. No programa, essa interação acontecia entre aluno e monitor no momento da leitura de acolhida, onde havia a participação de todos, este servia para que o aluno fosse motivado. Era como um texto de motivação (Fonte: Entrevista realizada com Roselildy Damasceno em 31 de maio de 2019)

Entendemos a partir dessa declaração aquilo que comentamos na observação anterior, que essa afetividade principalmente nessa modalidade EJAI deve propiciar aos alunos uma motivação que os façam permanecer e interessar-se pelas metodologias e conteúdos aplicados. Porém, é importante que vejamos que no Programa “ Sim, eu posso” há um distanciamento dessa relação aluno-professor, ora, talvez seja este o motivo de grandes evasões relatadas em relação a esse programa na comunidade.

Rosimeire alega:

Eu vejo isso como uma coisa importante, porque o aluno tem que gostar do professor e o professor do aluno, senão não aprende. No Sim, eu posso, a interação que a gente tinha era com o monitor, e era bem pouca, não tenho o que reclamar porque a gente se conhecia. Na EJAI, no começo fiquei assim (risos), porque a gente fica quando não conhece, mas depois ficou bom demais, e sei que isso ajudou muito pra que eu continuasse. Só deixei mais de ir pra aula, porque tive neném, aí não dava (Fonte: Entrevista realizada com Rosimeire Fernandes em 29 de maio de 2019).

Observamos na fala da entrevistada que o processo de ensino aprendizagem quando refletido por uma harmonia em sala de aula, a compreensão e a facilidade de adquirir novos conhecimentos é bem maior. As habilidades dos alunos podem ser bem mais exploradas, bem como as práticas pedagógicas melhor desenvolvidas.

Convém ressaltar diante dos discursos acima, que a relação afetiva entre professor e aluno, é essencial para que as dificuldades encontradas no processo de ensino aprendizagem sejam pelo menos minimizadas, já que isso reflete na autoestima do aluno de permanecer no espaço de ensino. Nesse sentido, percebi tanto como monitora do Projeto EJAI Mulher, como também no momento da pesquisa que as alunas, sentiam-se mais dispostas quando relaciona metodologia diferenciada, aluno e professor, no sentido de aproveitar os seus conhecimentos para as suas demais aprendizagens, significações e ressignificações. Nisso, as alunas do Projeto EJAI Mulher, em suas falas discorrem que quando realizada de forma presencial, as aprendizagens são mais significativas, dispensando o nível maior de evasão.

Em vista disso, FREIRE (2005) defende a ideia de que só é possível exercer uma prática educativa por parte dos educadores, se estes acreditarem no diálogo como um

fenômeno humano capaz de mobilizar o refletir e o agir dos homens e mulheres, e acrescenta que:

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias (FREIRE, 2005, p. 91).

A interação entre professor-aluno nada mais é que o diálogo contínuo dentro do ensino, e que possibilita ao educador e educando desenvolverem as aprendizagens necessárias. A próxima pergunta foi: Quais as dificuldades que vocês sentiram ou ainda sentem com o ensino da educação não formal na comunidade Laranjeiras em relação aos Projetos executados EJA Mulher e Sim, eu posso?

Rosário reporta:

Eu não senti essas dificuldades não, como monitora eu vi muita gente aqui com dificuldade só mesmo por causa de como a aula era passada, por vídeo. Já no projeto EJA eu consegui aprender tranquila, nas aulas a gente como a professora mesmo fala, ensinava bastante sobre a vida aqui na comunidade. Nós nem sabia que o que a gente fazia era tão importante (Fonte: Entrevista realizada com Maria do Rosário em 31 de maio de 2019).

Observamos que as diferentes didáticas desenvolvidas na educação não formal podem facilitar ou até mesmo dependendo da maneira como é desenvolvida em sala de aula dificultar o processo de ensino aprendizagem, porém, o que vale refletir a partir disso é que todo desenvolvimento de tecnologias, dinâmicas, leituras, a própria alfabetização, quando são inseridas na própria realidade do aluno, dar-se um novo sentido as suas significações e ressignificações. A valorização da cultura e do conhecimento prévio é o caminho para obter uma aprendizagem significativa.

Diana trata:

Como eu tava ali observando os alunos do Programa, sim eu posso, eu via que a dificuldade maior era em vir mesmo nas aulas, às vezes pelo cansaço dos alunos, mas aqueles que vinham eu via somente o de compreender algumas palavras desconhecidas, mas não era por causa da educação não formal não. No Projeto EJA, eu fiz foi gostar por ela ser uma educação informal, porque a gente se desprendia da sala de aula e buscava aprender até mesmo quebrando e ensinando a quebrar o coco (Entrevista realizada com Diana Almeida em 31 de maio de 2019).

Percebemos nessa fala que em todas as modalidades o professor sente dificuldade de manter os alunos ativos em sua frequência escolar, mas na modalidade EJA isso se torna muito mais frequente e desanimador. Pois, a rotina das atividades desestimula o seu desenvolvimento educacional. Mencionamos aqui mais uma vez, a importância de desenvolver aprendizagens “fora dos muros da escola”.

Roselilyd aponta:

Essa educação não formal ela é bastante inovadora e está em alta, eu vejo que quando aplicada em complementar ao ensino regular, possibilita que o aluno aprenda muito mais. Embora eu esteja na coordenação, eu vejo que os alunos abraçaram isso. Logo, quem estuda além do Programa, sabe que só vem a crescer (Fonte: Entrevista realizada com Roselildy Damasceno em 31 de maio de 2019).

Notamos que a entrevista faz uma relação bastante interessante no que se tange a educação formal e não formal, pois ambas podem e devem ser indissociáveis no processo de ensino aprendizagem. Isso porque a educação não formal pode desenvolver-se como um complemento ao ensino regular. Haja visto, que na modalidade EJAI, é importante estudar-se as disciplinas e os conteúdos que abrangem um contexto mais amplo.

Rosimeire relata:

Eu não sabia o que era essa educação, mas eu gostei porque ela é poucas horas de ensino, e pra gente que mora na zona rural é bom, pois dar de estudar e fazer as coisas da gente aqui em casa. Na “EJAI” por exemplo, é só dia de sábado, já no Programa sim, eu posso, era todo dia a noite, acho que sentar e perguntar pra comunidade qual dia e horário é melhor fazer as aulas era melhor (Fonte: Entrevista realizada com Rosimeire Fernandes em 31 de maio de 2019).

Compreendemos a partir desses argumentos que as dificuldades de disponibilidade de tempo, principalmente para quem trabalhava na lavoura é difícil. Diante disso, a educação não formal por não ser um ensino estruturado como acontece na educação formal, tem como fazer esse ensino nos horários disponíveis dos alunos. Pois, como já mencionado anteriormente o trabalho no campo é árduo, mas se houver uma educação voltada para essa necessidade, muitos irão conseguir alfabetizar-se.

Essas afirmações, deixa claro que, a educação não formal, tem de maneira gradativa influenciado no processo de ensino aprendizagem, principalmente no campo, já que o público desses lugares tende a ter uma jornada exaustiva de trabalho. Assim como bem enfatiza a entrevista Rosimeire são poucas horas de aulas, possibilitando até mesmo realizar as demais atividades do cotidiano.

De acordo com isso, Gohn (2004, p. 39), expressa:

Ao estudar a educação não-formal, desenvolvida junto a grupos sociais organizados ou movimentos sociais, chama nossa atenção para as questões das metodologias e modos de funcionamento, por ser um dos aspectos mais relevantes do processo de aprendizagem, mas lembra que é preciso aprofundar as pesquisas ao redor dos movimentos sociais e seus processos de encaminhamento.

Em virtude disso, sentimos que mesmo existindo uma aceitação por uma pequena parte de pesquisadores e estudiosos sobre a “educação não-formal”, e de quais ações e propostas estão presentes neste campo tem garantido o ensino de muitos, principalmente da modalidade EJAI, dizemos que em alguns aspectos ele ainda é bastante lento, necessitando assim, de discussões, apontamentos em estudos e debates.

Nesse contexto, é possível ver que os processos de transformações podem advir de diferentes experiências, seguidas por indicações ou apontamentos na ordem cultural e metodológica a serem desenvolvidas no campo de ação da educação não formal na modalidade EJAI.

Durante a entrevista, a aluna Diana Almeida comentou que as comunidades próximas são menos assistidas em relação a esses projetos que viabiliza o ensino na educação não formal, nos contou que a maior dificuldade se dar pela falta de transporte público, pois em sempre estão disponíveis. Sabemos que isso é uma realidade vista tanto na zona urbana, e mais forte na zona rural. Tao logo, é importante ressaltar que há uma Lei Federal específica que assegura e garante o transporte público escolar para os alunos da educação básica como fomenta a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004 em seu Art. 2º, que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009), que garante aos alunos de Ensino Médio e educação de jovens e adultos (EJA) das redes estadual e municipal o direito à alimentação e transporte. Mas o que se nota, é um descaso do poder público, principalmente quando se refere ao assistencialismo das comunidades rurais.

Em suma concluo que em análise e observação como monitora no Projeto de Extensão EJAI Mulher: a ressignificação dos saberes femininos, este projeto possibilitou para as mulheres da comunidade de Laranjeiras uma nova visão de mundo e conhecimento e reconhecimento de seu papel de extrema importância diante da comunidade. Em outrora, quando ainda apenas quebradeiras de coco, com suas vozes ainda silenciadas, tiveram vez, tiveram voz, tiraram vendas, desataram os nós que as prendiam na escrita, e tornaram-se pedras preciosas, mulheres empoderadas, cientes de seu lugar na sociedade.

4.4.1 ANÁLISE GERAL DA PESQUISA DE CAMPO

Para firmar os objetivos propostos nesse estudo, foi indispensável fazer-se uma compreensão em relação a afetividade que se deve ter entre professor e aluno, bem como a presença do mesmo em sala de aula, ou com um acompanhamento preciso nos diversos espaços de ensino. As alunas da educação de jovens, adultos e idosos sentem-se mais dispostas quando há essa interação próxima, pois, serve como incentivo para sua permanência no ensino. Em sentido a isso, (BRASIL, 2000, p.58) evidencia que o ensino da EJAI “trata-se

de uma formação em vista de uma relação pedagógica com sujeitos, trabalhadores ou não, com marcadas experiências vitais que não podem ser ignorados”.

Haja visto que geralmente isso não é possível devido as metodologias dispersas usadas no processo de ensino e também por fatores familiares. Outro fator determinante seria os horários predeterminados para que as aulas aconteçam, tendo em sua maioria alunos que trabalham na lavoura e sentem-se exausto ao final do dia.

Conhecer os objetivos do aluno em sua perspectiva educacional, torna-se um facilitador para que o professor dinamize suas aulas, atenda às necessidades do educando e em contrapartida contribua para diminuir ou sanar com a evasão escolar, sendo por este ponto necessário a adequação dos currículos, dos materiais, da postura dos professores, perpetuando no espaço educativo as práticas de inclusão. Em análise aos discursos supracitados acima, percebe-se que a educação não formal, tem sido uma oportunidade para a alfabetização dessa comunidade, com o nível bastante elevado de aceitação pelo público adulto. Haja visto que o tempo de duração de aula é pequena, porém, as metodologias pensadas devem chamar a atenção da educanda para que não haja evasão

5. PERSPECTIVA E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO ÂMBITO ESTADUAL

Tendo em vista o desenvolvimento de vários projetos de inclusão social e econômica, o Governo do Estado juntamente com o Ministério da Educação e idealizados pelas Universidades Federais de Educação e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, propuseram um conjunto de ações para que faça à inclusão de mulheres, em situação de pobreza e exclusão social, no mercado de trabalho, estas ações consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de risco social. Diante dessas ações pensou-se no Programa Mulheres Mil.

Este programa somente reforça a atuação das políticas públicas, preocupadas com a educação e qualificação de mulheres no Norte-Nordeste e que historicamente foram ou são excluídas socialmente e do mercado de trabalho. O Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tenham acesso aos serviços públicos básicos, educacional, profissional e tecnológica, elevando a escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, e por fim, alcançar o empoderamento.

Esse empoderamento, discorre do reconhecimento e transformação do papel de mulheres na sociedade e em suas comunidades, assumindo posições importantes antes ocupadas apenas pelos homens.

O programa Mulheres Mil foi desenvolvido nas cidades de Codó, Timon, Presidente Dutra, Imperatriz, São Luís, Aldeias Altas, Caxias, Coelho Neto, segundo a Coordenadora Ivonete Mendes do Campus de Codó.

5.1 REFLEXÕES DO PROGRAMA SIM, EU POSSO EM ÂMBITO ESTADUAL

Com os altos índices de analfabetismo no Brasil, e com maior reflexo no Maranhão, desencadeou a necessidade de buscar a formação de educadores e educadoras para a EJAI. Para tanto, no processo de alfabetização, os trabalhadores e trabalhadoras do campo com seu desejo de escolarização, tendem a elevar sua percepção de sua consciência social, cultural, ideológica e política. Este programa, tem sido de suma importância dentro do estado do Maranhão, afim de elevar o baixo IDH do estado em especial alguns municípios.

Pensava-se que no método “Sim, eu posso”, os adultos, pela sua história de vida e experiência acumulada, aprenderiam de forma rápida, porém com a busca homogênea a

prática didática para “garantir a alfabetização” em cerca de três meses, com a intensiva utilização da tecnologia de vídeo – TV & DVD, acentuou-se como um grande desvio.

Portanto, o Programa Sim, eu posso, em sua particularidade, tem retirado muitos jovens e adultos das escuras do analfabetismo, oportunizando dignidade e transformação social.

Por ora, convém ressaltar que foi mantido contato para esta pesquisa com a Coordenadora Geral do Programa Sim, eu posso, registrada apenas como Gabriela, mas não obtivemos respostas enquanto aos nossos questionamentos relacionados a este estudo.

5.2. CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO EJAI MULHER PARA A FORMAÇÃO DISCENTE E PARA A COMUNIDADE DE LARANJEIRAS EM ÂMBITO ESTADUAL.

O projeto EJAI Mulher: a ressignificação dos saberes femininos embora seja desenvolvido apenas dentro da comunidade de Laranjeiras, mas em um bom sentido tem contribuído com a educação do Maranhão, isso por fazer parte da união e parceria de entidades governamentais que tem a educação como uma preocupação inicial, haja visto que este criou condições estruturais de desenvolvimento socioeconômico, direcionando a política pública para a garantia dos direitos sociais das mulheres negras, auto reconhecidas como quilombolas, quebradeiras de coco e que diante da sociedade encontra-se em uma linha de marginalização.

A ressignificação dos saberes advindos das alunas da comunidade trouxe uma esperança de resgate de cultura, de engajamento para retomar o caminho da educação, para a transformação pessoal e social que se encontram. Digo com emoção, que foi o projeto mais digno e solidário ao público da EJAI já visto naquela comunidade. Suas histórias viraram marcos, e podem virar livros, haja visto que durante a execução dos mesmo as monitoras do respectivo projeto, teceram trabalhos espetaculares sobre a educação e alfabetização das mulheres de Laranjeiras, onde suas vozes foram repercutidas no Maranhão e em outros estados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que na modalidade EJAI embora os alunos frequentem programas ou projetos voltados para a alfabetização, ainda tem uma resistência de continuidade nos mesmos, pois como monitora e pesquisadora nesse campo, observei que a baixa autoestima faz com que se vejam como alunos fracassados, o trabalho no campo é árduo, a falta de planejamento familiar os desestruturam e isso resulta no abandono ao ensino seja na escola ou em projetos de parcerias.

Percebi enquanto aos educadores, que geralmente não há uma análise da aprendizagem dos alunos, e isso é necessário que se faça de forma contínua, pois uma reflexão sobre suas práticas, influenciam no processo de ensino aprendizagem. Como bem enfatiza nosso educador Freire em suas obras mencionadas neste trabalho, é fundamental que os educadores ao fazerem o seu papel de ensinar, ler e escrever, tenham a preocupação de incentivar seus alunos, principalmente quando esse ensino é realizado na educação campesina, pois nela as dificuldades de permanência se faz muito mais difícil, devido as suas atividades árduas do cotidiano. Nisso, é importante que esteja sempre propondo atividades que os possibilitem sentirem-se sujeitos criadores e valorizados por suas experiências. Reiterando desse modo nas práticas de ensino a valorização dos princípios essenciais da pessoa, sociedade e de sua cultura, e que em seus currículos sejam explicitados e sistematizados a sua realidade, pois este orientará sua ação educativa.

Essa educação igualitária, social, preconizadora e oportunizadora, dentro da educação não formal necessita então levar aos alunos assistidos o a ressignificação dos seus saberes, sendo pertinente reporta-se a sua cultura, religião, família, emprego, ou seja, sua história de vida, transformando seu pensamento reflexivo e crítico.

Cabe ressaltar que durante todo o período como monitora na EJAI Mulher, e em observação aos discursos oferecidos pelas alunas, denota-se que há hoje uma transformação em seu comportamento diante da comunidade e sociedade, obtiveram o sentido de se empoderar-se. Por isso, é que nesse ensino ofertado por esses dois projetos EJAI Mulher e Programa Sim, eu posso, deve desconstruir nos alunos o pensamento de que a educação no campo, por se encontrarem ainda distante dos novos avanços científicos e tecnológicos, não os deixam excluídos ao universo diversificado.

Noto que as mulheres, principalmente negras dessa comunidade demoraram e algumas ainda não entenderam sobre as riquezas que trazem consigo, em sua trajetória de vida. Talvez por suas vozes terem sido silenciadas desde os primórdios da construção da sociedade e na

educação e nos direitos civis não foi diferente. Mas o que aconteceu, foi somente a distorção de seus valores, o ocultamento por vezes de suas histórias de lutas e conquistas, tendo isso como resultado o seu distanciamento de seu acesso à leitura, preso ao pensamento de inferioridade. Conforme Freire (1980, p.20) descreve este deve ser o papel da educação “[...] preparar, ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho”. Pois, antecipando essas mulheres eram invisíveis para as políticas públicas educacionais, não tinha voz social, e vivia como um ser não pensante, oprimidas por uma sociedade machista, sem condições e nem perspectiva de vida.

Em relação as metodologias utilizadas a partir da educação não formal, dentro dos dois projetos analisados, com precisão argumento que as evasões que existiram no Programa sim, eu posso se deu diante da falta de planejamento dos idealizadores, em não conhecer a realidade da comunidade ou do aluno, propondo dessa maneira atividades distantes de suas realidades, bem como a ausência de um professor que pudesse sanar as dúvidas. Menciono ainda como causa, a restrição do espaço de ensino e a falta de dinâmica nas atividades propostas.

Desse modo, ainda em análise aos discursos das alunas e às breves descrições das atividades desenvolvidas em sala de aula, nota-se que em todo tempo buscamos a realidade do cotidiano para que suas aprendizagens fossem advindas do seu conhecimento, dando a elas somente uma ressignificação, no sentido de que a valorização do seu trabalho, de sua rotina, de sua religião, cultura e família, fosse positiva. Denota-se que por conta disso, tivemos o menor de vasão possível nesse ensino da educação não formal, isso se deu devido à valorização e reconhecimento de seus espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

ARROYO, M. G. EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens- adultos populares? revej@ - **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1824, art. 179**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em: 12/04/2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> acesso em: 20/04/2019.

BRASIL. **Decreto nº 7247 de 29 de abril de 1879 que Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>> acesso em: 20/05/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional. Lei n. 9394, de 20 de dez. 1996**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> acesso em: 03/06/2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> acesso em: 19/03/2019.

BRASIL. **Lei Nº 10.880, DE 9 DE JUNHO DE 2004**. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 2º, 4º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10880-9-junho-2004-532613-normaatualizada-pl.html>> acesso em: 20/05/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Linguagens, Códigos e suas tecnologias**. Brasília.: MEC 2000, p. 58.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB n. 11/2000**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília. Diário Oficial da União 10 de maio de 2000.

BRASIL. Ministério Da Educação. Conselho Nacional De Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>> acesso em: 25/05/ 2019.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 22 jun. 2004, Seção I. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> acesso em: 19/03/2019.

BRASIL. Parecer nº 2, de 31 de janeiro de 2007. **Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 31 jan, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_07.pdf> acesso em: 19/03/2019.

BRASIL. Resolução Nº 7, De 14 de Dezembro de 2010 – **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos** disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf> acesso em: 10/05/2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1934 - **Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação**. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616494/artigo-152-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934> acesso em: 18/05/2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988, - Ordena a Educação, da Cultura e do Desporto Da Educação **Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família**. Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp > acesso em: 15/04/2019.

BRASIL. LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971- **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**.

DUARTE, Jorge. Instrumento de Comunicação Pública. IN: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

EASTERBY-SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. **Management research: an introduction**. London (UK): Sage, 2007, p.4-5.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. Ed. São Paulo: Moraes 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 38.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 11.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 11.

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, A.M.A. Paulo Freire: **Uma História de vida**. 1ª Edição Editora Villa das Letras. Indaiatuba, SP. 2005, p 91.

GONH, M.V. *A educação não-formal e a relação escola-comunidade*. **Revista ECCOS**, no 2, vol. 6, Dez 2004, p. 39-65.

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortêz, 2005, p. 76.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros**. Depto de Educação Especial do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual São Paulo (UNESP), Marília, SP. 2004. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IIcipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf> > acesso em: 16/05/2019.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Notas para a história da educação: considerações acerca do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 34, p. 294-305, jun. 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01_34.pdf > acesso em: 06/05/2019.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 22

MONTAÑO, M.; RANIERI, V. E. L.; SCHALCH, V.; FONTES, A. T.; CASTRO, M. C. A. A.; SOUZA, M. P. Integração de critérios técnicos, ambientais e sociais em estudos de alternativas locais para implantação de aterro sanitário. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 17, n. 1, p. 61-70, 2008.

MOTA, Rosangela da Silva. **Aprendizagem do Adulto e Correspondentes Metodologias**. Trabalho de conclusão de curso (especialização em Educação de Jovens e Adultos). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009, 36 p. Disponível em: file:///C:/Users/Iservi%C3%A7os%20Infor/Downloads/MotaRosangeladaSilveira_TCE.pdf > acesso em: 14/06/2019.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 200, p. 34.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11 Edição. São Paulo. Cortez, 2000, p. 37.

Rigato, Carlos Alberto. **Valor percebido pelo cliente na venda de tecnologia de informação e sua relação com a decisão de compra** / Carlos Alberto Rigato. - 2007. 242 f.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

SANTOS, Deivis P.B. Formação de educadores para o Terceiro Setor. **Revista Olhar do Professor**. Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino. Ponta Grossa, PR, v.9, Ed. UEPG, 2006, p. 79

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Uma Análise Histórico-Crítica. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 5, n. 2, Nov. 2006. 15 p. Disponível em:

<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/287>> acesso em: 20/05/2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, p. 146 e 152.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

PROJETO DE EXTENSÃO

EJAÍ MULHER: a ressignificação dos saberes femininos

**APOIO A PROJETOS DE EXTENSÃO EM INTERFACE COM A
PESQUISA COM ÊNFASE NOS MUNICÍPIOS DO PLANO MAIS IDH**

EDITAL FAPEMA Nº 025/2017 -COMUNI

**Eixo temático: Educação - Práticas de Alfabetização de Jovens, Adultos
e Idosos**

Duração: 12 meses

Proponente: Profa. Ma. Kelly Almeida de Oliveira– Matrícula SIAPE 1944164

Instituição: Universidade Federal do Maranhão – UFMA Campus Codó

Palavras-chave: Alfabetização e letramento em EJAÍ; Educação do campo;
Educação de Mulheres afrodescendentes

Codó – MA, Agosto de 2017

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772

Consolidar
avanços
e vencer
desafios



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DA INSTITUIÇÃO DE VÍNCULO

Chamada: EDITAL FAPEMA Nº 025/2017 -COMUNI

Eixo temático: Educação - Práticas de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos

Título: EJA MULHER: a ressignificação dos saberes femininos

Solicitante:

Nome: Kelly Almeida de Oliveira

Titulação: Mestrado (em Cultura e Sociedade) E-mail: kell.oli@hotmail.com

Telefone móvel: (99) 99151-4822 / (99) 98174-1442

Endereço Residencial: Rua Principal, Casa 08, Quadra 02, Vila Eletronorte, Centro CEP: 65760-000

Cidade/UF: Presidente Dutra/MA

Instituição Proponente:

Nome: Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó – UFMA

Endereço: Av. Dr. José Anselmo, 2008, São Benedito, CEP 65400-000, Codó -

MA Telefone: (99) 3272.2340

Site: www.ufma.br

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó – Prédio II – COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

2. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE EXECUTORA

Nome: Kelly Almeida de Oliveira E-mail: kell.oli@hotmail.

Titulação: Mestrado

Área de atuação no Projeto: Coordenadora proponente

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Maranhão – Campus
Codó/Coordenação do Curso de Pedagogia

Nome: Franciele Monique Scopetc dos Santos E-mail: franmonique@gmail.com

Titulação: Doutorado

Área de atuação no Projeto: Coordenação Pedagógica

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Maranhão – Campus
Codó/Coordenação do Curso de Pedagogia

Nome: Dilmar Kistemacher

E-mail: dkistemacher@gmail.com Titulação: Doutor

Área de atuação no Projeto: Coordenação Financeira

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Maranhão – Campus
Codó/Coordenação do Curso de Ciências Naturais

Vale ressaltar ainda mais alunos irão participar da execução do projeto, do curso de Pedagogia, mediante Programas de Bolsas acadêmicas de fomento e/ou de forma voluntária.

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

3 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), no Brasil, é fruto da luta de movimentos populares que remontam a década de 1960, e que veio a se constituir como um campo de estudo e pesquisa no último quartel do século XX. Este, sobretudo, tem nos professores brasileiros contemporâneos seu principal aporte teórico.

Por outro lado, a EJAI é um campo de direitos ainda não consolidado em nosso país. Possui uma longa trajetória de lutas, avanços, retrocessos, pausas e recomeços, e que carece de uma visibilidade substantiva entre as pesquisas acadêmicas, as políticas públicas, a legislação educacional, a formação de professores e as práticas pedagógicas (ARROYO, 2011).

Por outro lado, o direito à educação, tão propalado na Constituinte de 1988, também não se efetivou no que tange à juventude e à vida adulta, haja vista, a indefinição, voluntarismos, campanhas emergenciais, ações assistencialistas e supletivas que marcam o campo da EJAI. É expressivo o quantitativo da parcela da população que não teve (ou teve de forma precária) acesso à Educação Básica, principalmente, por se tratarem de coletivos de trabalhadores urbanos e camponeses. Tal fato põe em xeque as ações tomadas pela sociedade, pelo Estado e pela Universidade na resolução dessa questão.

Assim sendo, por meio deste projeto visamos abordar, de forma transdisciplinar, as temáticas de: Alfabetização e Letramento em EJAI (FREIRE, 2001 A; 2001 B; 2008; 2009); Educação do Campo (CALDART, 2004; ARROYO, 2000; 2004); Educação de mulheres afrodescendentes (PRIORI, 1997; PERROT, 2005; SAFFIOTI, 2013). Além destes, destacamos os estudos regionais como: Motta (2003), Amorim (2009) e Manzke (2009). Tais leituras foram de extrema importância para a compreensão da realidade nacional e maranhense, nos diferentes contextos, além de direcionar as ações a serem executadas no decorrer do projeto.

O projeto “EJAI Mulher: a ressignificação dos saberes femininos” é uma

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

ação extensionista da Universidade Federal do Maranhão - Campus Codó, realizado pelos professores do Curso de Pedagogia, que visa capacitar e assessorar os discentes de Pedagogia, que na condição de monitores, desenvolvam práticas de alfabetização e letramento, na modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com mulheres afrodescendentes, de forma democrática e baseada na perspectiva da formação de cidadãs conscientes de seu papel na sociedade (FREIRE, 2009).

Por isso, ao lado das ações de extensão, é possível propor a seguinte problemática de pesquisa: Quem são essas mulheres? Por que elas não foram ou estão alfabetizadas? E, o que elas já sabem sobre a cultura letrada? Como as mulheres jovens, adultas e idosas aprendem a ler e escrever? Como elas produzem os saberes de suas práticas sociais? Como representam o que sabem? Como as questões ligadas ao gênero, à etnia e à localização geográfica interferem no processo de apreensão da leitura e da escrita? Como os saberes culturais, políticos e econômicos do cotidiano dessas mulheres se articulam no processo de alfabetização?

Nessa perspectiva, inclui-se a necessidade de pesquisar sobre o cotidiano dessas mulheres, como produzem seus saberes e, como estes se articulam com suas práticas sociais, apesar das exclusões, ocultamentos e invisibilidades a que são submetidas pelos poderes públicos.

Para tanto, tomamos como público-alvo as mulheres afrodescendentes e analfabetas da zona rural do município de Aldeias Altas/MA. Nesse sentido, poderão participar as mulheres que possuem 15 (quinze) anos ou mais na turma única, que se reconhecerem afrodescendentes. A turma oferecida terá capacidade máxima para vinte pessoas. O projeto está previsto para durar doze meses.

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO PROJETO

A produção das diferenças é um processo social, histórico, político e cultural. As diferenças, por sua vez, tem reproduzido desigualdades, que, muitas vezes, são usadas como critérios para selecionar, excluir, punir ou premiar. Por isso, se faz urgente desenvolver ações extensionistas afirmativas, no sentido Universidade – Sociedade, que valorizem o direito à educação em todos os ciclos da vida humana, especialmente, naqueles em que a maioria das pessoas é excluída, seja por causa da idade, do sexo ou do local onde vivem.

Este projeto de extensão decorre de uma preocupação dos professores do Curso de Pedagogia da UFMA de Codó em conhecer as condições educacionais de mulheres afrodescendentes jovens, adultas e idosas que moram na zona rural de um dos municípios que tem um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do Estado do Maranhão, para promover ações de transformação social.

Por isso, consideramos que o presente projeto representa uma confluência entre a formação e atuação dos professores envolvidos em projetos sociais anteriores sobre a temática com a ausência de projetos de extensão do Campus da UFMA de Codó para atender essa parcela da população.

De acordo com a PNAD 2014, um total de 13 milhões e 200 mil pessoas são analfabetas no Brasil, percentual equivalente a 8,3% da população, embora tenha havido declínio em relação a 2013, quando este índice ficou em 8,5%, a meta do Plano Nacional de Educação de reduzir para 6,5% até 2015 não foi atingida.

Diante da situação nacional, verifica-se que já existem ações municipais que oferecem a Educação de Jovens e Adultos. Por exemplo, na modalidade de Educação do Campo do município de Codó é composta por 171 escolas, das quais compõe o nível 1 e 2 da Educação de Jovens, Adultos e Idosos: 93 turmas, com 97 professores para esta demanda e na área urbana em ambos os níveis abrangem 106 turmas com 117 professores no atendimento direto. Ainda

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

segundo a equipe técnica da SEMED, a rede municipal atende em seu total um percentual de 500 alunos no programa do governo federal Brasil Alfabetizado. Tais dados retratam a realidade e a necessidade de ações educacionais, uma vez que,

Codó e Aldeias Altas são municípios vizinhos, ambos localizados na Região dos Cocais, interior do Estado. Além destes, fazem parte dessa região: Caxias, Coelho Neto, Coroatá,

Duque Bacelar, Fortuna, Matões, Parnarama, Peritoró, Senador Alexandre Costa Burity Bravo, Lagoa do Mato, São João do Sóter, Afonso Cunha, Timbiras e Timon. Somente na região centro-leste, há três municípios com os piores índices de desenvolvimento humano do Estado.

Segundo o censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, em 2013, foram realizadas 1.241 matrículas na Educação de Jovens e Adultos no município de Aldeias Altas. Ao verificar a taxa de crescimento do número de matrículas, é possível visualizar que, só houve crescimento neste ano. Nos anos anteriores, a taxa foi negativa. O que leva a concluir que essa modalidade de educação é bastante recente no município. Outra informação relevante para a justificativa da realização deste projeto, é o fato de que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB da rede pública até a 4ª série do município de Aldeias Altas é de, apenas 2,9, segundo a Plataforma de Indicadores do Governo Federal/Ensino Básico – IDEB, realizada em 2011.

Nota lamentável, muito embora, não seja o único problema. Somam-se a este cenário, a desvalorização da proposta pelos profissionais que atuam nesta área e a falta de apoio dos gestores das escolas. Todavia e na contramão destes, é preciso sinalizar os avanços. Entre eles estão, maior acompanhamento pedagógico e a abertura de novas turmas.

Os esforços existentes, embora louváveis, ainda são insuficientes para contemplar a totalidade dos coletivos de trabalhadores analfabetos ou analfabetos funcionais que vivem em Aldeias Altas e municípios vizinhos. Com o propósito de reverter ou minimizar as consequências dos índices alarmantes divulgados pelo

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

Ministério da Educação é que propomos uma ação extensionista voltada para as mulheres afrodescendentes, comumente invisibilizadas pelas políticas educacionais vigentes. Pretendemos, assim, incluir aquelas que ainda não foram contempladas pelas iniciativas existentes ou pelas atuais políticas educacionais.

Outra questão que nos impulsiona à militância da EJA na zona rural do município de Aldeias Altas é o fato de instrumentalizar os discentes de Pedagogia com um repertório político-pedagógico que lhes possibilite articular os princípios de transdisciplinaridade e contextualização em sua formação acadêmica, haja vista, os conteúdos relativos à EJA fazerem parte da grade curricular do Curso de Pedagogia.

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Desenvolver práticas de alfabetização e letramento com mulheres afrodescendentes que residem na zona rural do município de Aldeias Altas/MA.

5.2 Objetivos específicos

- Valorizar a cultura popular como fonte do saber;
- Promover a capacitação dos discentes de Pedagogia para atuação na EJA;
- Aplicar o Método Paulo Freire à realidade do município;
- Contribuir com o empoderamento feminino negro.
- Elevar os níveis de escolaridade da região;
- Fomentar o desenvolvimento de um núcleo de estudos e pesquisas sobre a EJA na UFMA de Codó.

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão.

6 METODOLOGIA

Além das ações extensionistas descritas logo mais, este projeto possuirá uma interface com a pesquisa. Quanto à natureza, ela classifica-se como aplicada pois proporcionará a produção de conhecimentos para aplicação prática a partir dos interesses locais. Quanto aos procedimentos técnicos, iniciará com uma pesquisa bibliográfica ao lado do curso de capacitação e grupo de estudos e pesquisas, e uma pesquisa participante materializada em questionamentos a serem investigados, específicos de cada etapa do projeto. Quanto à forma de abordagem, será quantitativa e qualitativa, com a utilização de técnicas como observação participante, questionários e entrevistas não-diretivas, distribuídas ao longo da regência em sala de aula. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva-analítica concretizada no relatório final.

A metodologia do projeto de extensão está organizada em quatro momentos. Para efeitos didáticos, cada momento está dividido em etapas, que podem ser concomitantes ou subsequentes. Para cada uma das etapas está prevista uma metodologia específica, a saber:

O primeiro momento está organizado em três etapas e corresponde à consolidação: da equipe executora, do projeto de extensão e do público-alvo a ser atendido.

A primeira etapa deste momento, corresponde à consolidação da equipe executora em relação aos discentes que participarão do projeto na condição de monitores. Os monitores são acadêmicos regularmente matriculados no Curso de Pedagogia da UFMA/Campus Codó. Estes serão selecionados a partir dos seguintes critérios: estar em condição de vulnerabilidade sócio-econômica; não estar recebendo bolsa ou qualquer outro auxílio oferecido pela UFMA; não possuir vínculo empregatício e não conter reprovações em seu histórico escolar.

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

Comporão a equipe executora dois bolsistas do projeto mais os monitores voluntários.

Os monitores selecionados terão as seguintes atribuições: planejar, avaliar e ministrar aulas na modalidade EJA; participar do curso de capacitação do projeto; produzir material didático como suporte para o processo ensino-aprendizagem das alunas; coletar, registrar, sistematizar e analisar dados obtidos durante o projeto organizando-os em forma de relatório e apresentar seminário temático sobre o projeto.

A segunda etapa se refere à consolidação do projeto de extensão que acontecerá mediante a aprovação de agência de fomento. Em seguida, será iniciada a capacitação sobre os fundamentos e metodologia em EJA ministrado de forma presencial com leituras, discussões em grupo, pesquisas, produções escritas individuais e coletivas. As aulas acontecerão na sala de projetos da Pedagogia, localizada no prédio I da UFMA/Campus Codó em dia da semana (a ser definido com a equipe) com duração de quatro horas semanais, no contraturno dos monitores, preferencialmente, no turno matutino uma vez que os mesmos estudam no turno vespertino.

A capacitação terá duração de quarenta horas e será ministrada pela Coordenadora proponente do projeto. Finda a capacitação, a carga horária para tal será destinada a implementação de um grupo de aprofundamento de estudos e pesquisas sobre a temática do projeto onde serão socializados os conhecimentos obtidos com o desenvolvimento das ações de extensão e pesquisa.

Concomitantemente a esta etapa, se procederá à formação da turma. A equipe executora fará uma visita in loco, para apresentar o projeto à administração pública do município de Aldeias Altas/MA. A gestão municipal e a Secretaria de Educação serão consultadas a respeito da viabilidade de parceria entre UFMA/Campus Codó e a gestão municipal para a oferta e uso de uma sala de estabelecimento de ensino público da cidade disponível para a implantação do projeto. Caso haja negativa, poderão acontecer outras parcerias interinstitucionais, como sindicatos e entidades privadas.

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

O público-alvo deste projeto de extensão, conforme mencionado anteriormente, serão mulheres jovens, adultas ou idosas que não foram alfabetizadas, que se reconhecerem afrodescendentes e que viverem em zona rural do município de Aldeias Altas. Durante as visitas iniciais à localidade, convidaremos aquelas que tenham interesse e a disponibilidade em participar do projeto. Após a definição do local em que o projeto acontecerá, serão realizadas atividades diagnósticas com as participantes e a elaboração do perfil do público-alvo para planejamento das ações. Todas as etapas deste momento terão por base a pesquisa bibliográfica que deverá fomentar os seguintes questionamentos:

- Quem são essas mulheres?
- Por que elas não foram ou estão alfabetizadas?
- E, o que elas já sabem sobre a cultura letrada?

O segundo momento está organizado em três etapas e corresponde ao planejamento, regência e reflexão sobre as práticas desenvolvidas.

Na primeira etapa deste momento, acontecerá o planejamento das atividades relacionadas ao projeto. Os monitores, durante esta fase do curso de capacitação, receberão as orientações necessárias para produção de uma cartilha de alfabetização que será utilizada como material didático durante as aulas sendo disponibilizada para todas as alunas. O planejamento acontecerá também durante a semana, no turno matutino, perfazendo um total de quatro horas semanais. O dia e o horário serão definidos pela equipe executora.

Na segunda etapa se dará a regência em sala de aula propriamente dita com a aplicação do Método Paulo Freire. Após a capacitação e elaboração da cartilha de alfabetização, os monitores estarão aptos para desenvolverem com a turma o método escolhido para tal.

Os conteúdos e competências priorizados ao longo das aulas serão: em relação à linguagem oral - aperfeiçoamento dos recursos expressivos, argumentação e exposição de ideias; em relação à escrita – domínio dos mecanismos de representação e escrita de textos legíveis; em relação à leitura – utilização de estratégias de leitura, compreensão de textos lidos em voz alta, leitura e compreensão de pequenos textos; em relação aos conhecimentos

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

matemáticos – leitura e escrita de números, identificação das principais funções dos números bem como as quatro operações aplicando-as em situações cotidianas, realização de procedimentos de cálculo e utilização de medidas usuais de comprimento, massa e tempo.

As aulas terão como referencial metodológico o diálogo e a conscientização e envolverão diversas atividades como: aulas expositivas dialogadas; oficinas; seminários; dramatizações; exposições; músicas, jogos, poesias, trabalhos manuais, produções individuais e coletivas.

Dada a especificidade da EJAI, os recursos pedagógicos utilizados nas aulas serão confeccionados pelos monitores e alunas. Os materiais a serem utilizados para confecção dos recursos pedagógicos serão recicláveis ou de baixo custo. Entre os recursos pedagógicos estão: mural didático, alfabetos móveis, cartazes e fichas de preenchimento; cartelas para jogos; quebra-cabeças; cédulas de dinheiro, ábacos e etc. Contudo, ressaltamos que avaliação é processual e contínua. Os instrumentos de verificação da aprendizagem serão aplicados ao término de cada unidade de conteúdo ministradas levando em consideração a realidade da turma.

As aulas acontecerão aos sábados, das 8h às 12h, em local a ser definido pela parceria interinstitucional da UFMA com a gestão pública do município de Aldeias Altas/MA.

A terceira etapa, deste momento, será a implementação do grupo de aprofundamento de estudos e pesquisas, na qual a característica principal é a reflexão, somadas às pesquisas bibliográficas e pesquisa participante, sobre a prática desenvolvida, objeto a ser investigado, através dos seguintes questionamentos:

- Como as mulheres jovens, adultas e idosas aprendem a ler e escrever?
- Como elas produzem os saberes de suas práticas sociais?
- Como representam o que sabem?

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

O terceiro momento também está estruturado em três etapas: avaliação das ações realizadas, a sistematização dos dados coletados e a produção do relatório final.

Na primeira etapa, a equipe executora realizará a avaliação do processo ensino- aprendizagem das alunas para saber se os objetivos foram alcançados. Ao final das aulas, as alunas deverão ser capazes de produzir um texto dissertativo, requisito para serem consideradas alfabetizadas e receberem a certificação do projeto. Os dados obtidos nesta etapa servirão como base para auto avaliação da equipe executora e avaliação do projeto.

Na segunda etapa, todos os dados coletados e registrados mediante fotos, gravações e anotações em diários de campo, os textos estudados, o planejamento e as atividades aplicadas serão sistematizadas e compiladas em um portfólio constituindo o acervo do projeto e fonte para novas pesquisas.

A terceira etapa deste momento, será efetivada mediante a elaboração do relatório final sobre as atividades desenvolvidas, seguindo as características da pesquisa descritivo- analítica. Será norteada pelas seguintes inquietações:

- Como os saberes culturais, políticos e econômicos do cotidiano dessas mulheres se articulam no processo de alfabetização?
- Como as questões ligadas ao gênero, à etnia e à localização geográfica interferem no processo de apreensão da leitura e da escrita?

Os relatórios produzidos serão utilizados como fonte de novas pesquisas sobre a temática. Nesse intuito, as produções das alunas serão difundidas no meio acadêmico local, regional e nacional através de artigos científicos, trabalhos, publicações em anais de congressos e eventos científicos, minicursos, mesas redondas, palestras, conferências que tratem da temática em questão.

Além disso, no quarto e último momento, os monitores terão a possibilidade de organizar um seminário temático com os dados obtidos durante a realização do projeto para disponibilizar para as comunidades atendidas, órgãos públicos, parceiros e toda a comunidade acadêmica bem como para a sociedade em geral, como culminância do projeto de extensão.

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

A carga horária total do projeto está organizada da seguinte forma: para o primeiro momento, serão destinadas quarenta e oito horas; no segundo, serão necessárias trezentos e oitenta e quatro horas; no terceiro, está previsto noventa e seis horas; e, no último momento, teremos quarenta e oito horas. Assim sendo, o projeto terá duração total de quinhentos e setenta e seis horas, aproximadamente, distribuídas no período de doze meses, o que corresponde a quarenta e oito horas mensais.

A carga horária semanal do projeto é de doze horas, assim distribuídas: quatro horas para capacitação e grupo de pesquisa, quatro horas para planejamento e avaliação das atividades e quatro horas para regência em sala de aula. Os meses que tiverem cinco semanas, terão folga das atividades na quinta semana haja vista a carga horária semanal não exceder as doze horas. Os sábados que forem véspera de feriados, feriados ou pós-feriados serão devidamente compensados através de atividades extra-classe.

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão.

7 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Este trabalho será planejado, sistematizado e avaliado na sala de projetos do curso de Pedagogia da UFMA Campus VII-Codó, localizada no prédio I, da UFMA/Campus Codó.

8 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Os discentes de pedagogia possuem em seu currículo, um núcleo de aprofundamento em Educação de Jovens, Adultos e Idosos bem como disciplinas pedagógicas de formação docente. Ao participarem deste projeto, os discentes terão a oportunidade de articular seus conhecimentos à prática, em um contexto real, além de contribuir com a elevação do nível de escolaridade das mulheres do município de Aldeias Altas/MA.

Dentre os resultados e impactos que esperamos alcançar com este projeto de extensão, podem-se citar:

- Propiciar o empoderamento feminino negro;
- Elevar os índices educacionais do município;
- Contribuir para superar as desigualdades sociais no campo;
- Fomentar políticas públicas de incentivo à Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos;
- Contribuir com a ampliação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão;
- Oferecer uma formação interdisciplinar aos acadêmicos do Curso de

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão.

Despesas de Custeio

Pedagogia do Campus Codó;

- Ampliar o acesso à educação de segmentos da sociedade não atingidos pelas políticas públicas educacionais;
- Socializar conhecimentos adquiridos pelos monitores em congressos, eventos e similares com publicações e trabalhos dos acadêmicos.

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

9. ORÇAMENTO DETALHADO E REVISADO

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

Material Gráfico	Justificativa	Valor Total (R\$)
5 (cinco) Resmas de papel A4 Valor unitário: R\$ 20,00	Impressão e reprodução de atividades para as alunas	100,00
1 (uma) caixa de canetas transparentes	Kit escolar para alunas	20,00
20 (vinte) cadernos brochura Valor unitário: R\$ 5,00	Kit escolar para alunas	100,00
20 (vinte) cadernos de caligrafia Valor unitário: R\$ 5,00	Kit escolar para alunas	100,00
20 (vinte) lápis com borracha Valor unitário: R\$ 2,00	Kit escolar para alunas	40,00
20 (vinte) apontadores Valor unitário: R\$ 1,00	Kit escolar para alunas	20,00
10 (dez) tesouras Valor unitário: R\$ 3,00	Kit escolar para alunas	30,00
20 (vinte) pastas de plástico Valor unitário: R\$ 5,00	Kit escolar para alunas	100,00
20 cartilhas de alfabetização (Diagramação, impressão e reprodução) Valor unitário: R\$ 20,00	Kit escolar para alunas	400,00
10 (dez) cartolinas de cores diversas Valor unitário: R\$ 3,00	Confecção de recursos pedagógicos	30,00
10 (dez) folhas de EVA de cores diversas Valor unitário: R\$ 4,00	Confecção de recursos pedagógicos	40,00
1 (uma) pistola para cola quente	Confecção de recursos pedagógicos	20,00
20 (vinte) bastões de cola quente Valor unitário: R\$ 1,00	Confecção de recursos pedagógicos	20,00
5 (cinco) camisetas com a identificação do projeto Valor unitário: R\$ 15,00	Identificação dos integrantes do Projeto	75,00
Apostila para dois monitores (Impressão e reprodução) Valor unitário: R\$ 26,23	Material pedagógico de estudo	52,46
Sub-total (R\$)		1.147,46
Despesas de Capital		
Equipamentos e Material permanente	Justificativa	Valor Total (R\$)
1 (três) Pen-drive Valor unitário: R\$ 45,00	Transporte de dados da pesquisa, materiais e atividades	45,00
Despesas com transporte Valor unitário por bolsista: R\$ 50,00	(Codó – Caxias – Aldeias Altas; Aldeias Altas – Caxias – Codó) para dois monitores uma vez por semana (aos sábados), quatro viagens ida e volta por mês durante doze meses.	9.600,00
Material bibliográfico	Livros sobre a temática que não possuem exemplares na biblioteca do campus	300,00
Bolsa para 2 (dois) monitores Valor mensal R\$ 400,00 por um ano	Incentivo à pesquisa	9.600,00
Sub-total Despesas de Capital		19.545,00

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

Sub-total Despesas de Custeio	1.147,46
Valor total do Projeto:	
20.692,46	

10. CRONOGRAMA DETALHADO DAS ATIVIDADES DO PROJETO 2017/2018

Atividade/Mês	2017			2018											
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set			
1º momento: 48 horas															
etapa: Consolidação da equipe	X														
etapa: Consolidação do projeto	X														
etapa: Formação da turma		X													
2º momento: 384 horas															
etapa: Planejamento das atividades		X	X	X	X	X	X	X	X						
2º etapa: Regência		X	X	X	X	X	X	X	X						
3º etapa: Reflexão sobre a prática/Grupo de Pesquisa		X	X	X	X	X	X	X	X						
3º momento: 96 horas															
etapa: Avaliação das ações										X	X				
etapa: Produção do portfólio										X	X				
etapa: Elaboração de relatório final										X	X				
4º momento: 48 horas															
etapa: Culminância do projeto													X		
etapa: Seminário temático													X		

REFERÊNCIAS

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

AMORIM, Elisângela Santos. Trajetória educacional de mulheres em assentamentos de Reforma Agrária na região Tocantina – MA. Florianópolis: Mulheres; São Luís: Edufma, 2009.

ARROYO, M. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In. SOARES, L. GIOVANETTI, M. A. GOMES, N. L. Diálogos na Educação de Jovens e adultos. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. et al. Educação e Cidadania. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. et al.(Org.) Por uma educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. CALDART, Roseli Salete et al.(Org.) Por uma educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FREIRE, P. Política e educação: ensaios. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001A.

_____. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001B.

_____. Ética, utopia e educação. 8 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

_____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. MANZKE, J. F. Propuesta curricular para La educación de jóvenes y adultos campesinos em asentamientos de La reforma agrária. São Luís/MA: EDUFMA, 2009. MOTTA, Diomar das Graças. Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio. Educação & Linguagem, ano 11, n. 18, p. 123-135, jul./dez. 2008.

PERROT, M. As mulheres ou os silêncios da história. São Paulo: EDUSC, 2005.

PRIORE, Mary Del. (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 2013.

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Campus de Codó - Prédio II - COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
Avenida Dr. José Anselmo, 2.008 - Codó - MA - CEP: 65400-000
Fone: (98) 3272-9772

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

COMPREENDENDO E TECENDO SABERES COM AS VOZES-MULHERES DE LARANJEIRAS

1ª) Na comunidade, no ano de 2018 foi realizado dois grandes projetos que tinham como objetivo a alfabetização, o Projeto EJAÍ Mulher e o Programa Sim, eu posso. Quais aprendizagens foram possíveis na participação em cada um?

2ª) Qual a importância para você da relação professor-aluno no processo ensino aprendizagem? Como foi essa experiência no programa Sim, eu posso e no Projeto EJAÍ Mulher?

3ª) Quais as dificuldades que vocês sentiram ou ainda sentem com o ensino da educação não formal na comunidade Laranjeiras em relação aos Projetos executados EJAÍ Mulher e Sim, eu posso?